

NÓTULAS SÔBRE AEMINIUM (Coimbra)

Nota prévia.

Se hoje voltasse a empreender a tarefa que no ano de 1947 tive de lançar mão, pela exigência da lei que obriga a uma tese de licenciatura em qualquer curso das Faculdades de Letras de Portugal, por certo que apresentaria o atual trabalho noutras condições.

Quanto à estrutura e à hipótese lançada — as origens de Coimbra remontam aos tempos pré-romanos e só depois da chegada dos senhores de Roma é que o aglomerado se desenvolveu largamente — nada, talvez, haveria a fazer. A tarefa ingente estaria, no entanto, no reforçar êsses pontos, recolhendo novas fontes, seguindo outras sugestões, que nos últimos anos — e felizmente — têm aparecido graças a muitas e preciosas investigações dentro e fora de Portugal. Basta citar, para dar um único exemplo, o trabalho de Guillermo L. Guitarte — *Ritmo de las marchas y de los viajes en la España Romana*, in *Cuadernos de Historia de España*, vol. X, 1948. Parte da nossa alínea g) do capítulo III — *Aeminium* sofreria um maior desenvolvimento, pois focar-se-iam as conclusões de Guitarte: 1.º, *Caravanas de comerciantes* que transportavam as suas mercadorias a cavalo e que gastavam 45 a 50 kms. por dia; 2.º, *Viagens individuais de carro*: 85 kms. por dia em terreno plano, 60 por terreno acidentado; 3.º, *Exército*: a) rápidas: 50 a 60 kms.; b) sem muita pressa: 45 kms., 40 kms. e contra o inimigo 3,5 kms. por hora; c) *de inspecção*: 18 kms. por dia; d) tropas seleccionadas de infantaria: 4,5 kms. por hora; 4.º, *mensageiros*: talvez 12 kms. por hora.

No entanto, a publicação do presente trabalho tem tão somente uma dupla finalidade: apresentar à luz do dia uma série de hipóteses e compilar uma pequena bibliografia sôbre os mais remotos tempos de Coimbra.

Que, ao menos, valha por isso.

INTRODUÇÃO

Após ter vencido, com dificuldade, o empolamento da Meseta ibérica, o Mondego deixa de ser estrangulado e entra em largo plano (1). A partir da Portela até ao mar tem o seu curso inferior.

Aqui se encontram, desde recuados tempos, restos do homem, da sua atividade e da sua forma de viver. Cadinho imenso, onde ao meio geográfico, sensivelmente o mesmo a partir de 6.000 ou 2.000 a.C., se vão sucedendo transformações econômicas e sociais, que podem ser representadas, na sua origem por qualquer agregado neolítico até à que é hoje a terceira cidade do país.

Se a teoria de que a sociedade, nas suas múltiplas facetas, é consequência do meio geográfico, o caso do Baixo Mondego seria suficiente para a anular. Patenteia-se, nitidamente, que as modificações sociais havidas não foram fruto do meio geográfico. Basta dizer, sem mais delongas nem rodeios, que o meio, os limites geográficos onde a atividade humana foi exercida, se manteve sem grandes alterações, enquanto a forma de viver, as relações sociais, as técnicas, se modificaram profundamente. Quando hoje o combóio bordeja, rumo ao Oceano, o Mondego, e passa junto à Ereira, onde há restos neolíticos (2) e avista, ao longe, Montemor-o-Velho, onde, a pouca distância existiu a povoação da idade do ferro de Santa Oláia, e loriga, a Serra da Boa Viagem, manancial que Santos Rocha tão aturada e pacientemente estudou, verificamos que o meio geográfico foi o mesmo, pois um ou outro depósito aluvial não é suficiente para dizer — seria ridículo afirmá-lo — que êle foi o motivo que fêz mudar a facies das instituições sociais nessas mesmas áreas surgidas.

O fator rático também não merece atenção demasiada. Não se pode manter em boa verdade, que os caracteres étnicos dos exemplares humanos encontrados na gruta dos Alqueves, sejam os mesmos do homem atual desta região, o qual aqui nasceu e comeu e bebeu o húmus de uma terra que é fertilizada e — quantas vezes! — estragada pelo rio. Mas as variedades étnicas — se outras existiram nesta área... — entrecruzaram-se de tal forma que é impossível distinguir umas das outras. Dir-se-á, então, que a planície, logradouro tardio do homem do Baixo Mondego —, lhe proporcionou uma outra concepção de vida, na qual os horizontes não eram limitados pelas estreitas clareiras das florestas. Em contato com rio, que se espria, dolentemente, por uma vasta zona, teria uma outra forma de viver e de solucionar os problemas que na luta com o ambiente lhe iam surgindo. Mas nova e grande di-

(1). — Alfredo Fernandes Martins — *O Esfôrço do homem na bacia do Mondego* — Coimbra. 1940, pág. 86 e segs.

(2). — A. Santos Rocha — *Estação neolítica da Ereira in Portugália* — I vol. — pág. 340.

ficuldade se ergue: o plano foi o mesmo, os horizontes igualmente os mesmos e as diferenças nas instituições sociais enormes.

Onde ir, pois, topar com a causa ou causas das diferenças verificadas?

É o que vamos tentar fazer, analisando através das várias épocas o seu aspecto social. E Coimbra romana será o nosso ponto de referência mais lato apenas por uma limitação e conseqüente facilidade de recolha de notas e informações — e apenas por isso, pois seria intenção nossa alargar o âmbito do trabalho.

* * *

I

PRÉ-HISTÓRIA

a). — A CIDADE

Não se pode afirmar, com segurança, a que época remonta a origem da que é presentemente a primeira cidade da Beira Litoral. Deve, porém, ligar-se de perto com as mais antigas populações de que há hoje conhecimento seguro que habitaram a faixa de terreno de 40 quilômetros a dentro do continente a partir do nosso litoral.

Com o desenvolvimento de Coimbra e em especial a partir deste século, quando ao industrialismo se veio juntar um intenso comércio, alguns possíveis vestígios de épocas pré-históricas perderam-se e, com eles, a possibilidade de responder satisfatoriamente à questão — qual o período a que remonta a ocupação humana na área que é atualmente Coimbra?

Costuma considerar-se cidade primeva (3) o triângulo cujos vértices são Universidade, antigo Castelo e Sé Velha. É certo, por outro lado, que o próprio desenvolvimento urbano exigiria, à medida que uma nova cidade fôsse surgindo, que aparecessem os restos das primeiras populações que aqui estanciaram. Ouvimos dizer muitas vezes ao antigo professor da Universidade de Coimbra, Vergílio Correia, glória da arqueologia portuguesa, que a certidão de idade do terceiro centro do país só se revelará quando, no fragor da batalha que o urbanismo exige, venham à luz do dia as entranhas da terra e com elas os seus tesouros arqueológicos, até agora vedados aos olhos dos investigadores. A previsão do saudoso professor não se verificou mais por incúria dos homens do que por carência de elementos. Digamos, e apenas para fornecer um único exemplo, que no local onde se erguerá a futura Faculdade de Letras da Cidade Universitária, foram encontrados, na

(3). — Amorim Girão — *Civitas Aeminiensis* in *O Instituto*, vol. 87, pág. 252: "A elevação, 99 metros acima do nível do mar, que tem hoje a Universidade, era o sítio ideal do "oppidum", da povoação fortificada e se marcamos um triângulo com os vértices no Paço das Escolas, no Largo do Castelo e no Museu Machado de Castro, teremos a parte que em si concentrou toda a vida embrionária do agregado cidadão".

abertura dos caboucos, várias ossadas e camadas geológicas que permitiriam, tirar, certamente, ilações assaz interessantes. Tudo, no entanto, se deixou perder por falta de cuidado. Não vamos, afoita e temerariamente, afirmar que a certidão de nascimento há tanto procurada, fôsse daí erguida. Mas a inversa não se pode também asseverar. Seria natural se mais não se alcançasse, descortinar uma pista esclarecedora. Enfim, tais elementos perderam-se e o problema continua de pé até que um dia, por mero acaso, se tope com a chave do enigma.

b). — A REGIÃO

Se o próprio local nada nos pode levar concluir com certeza, a região de que Coimbra é o centro por excelência, quer graças à sua posição geográfica e econômica, quer graças ao seu predomínio cultural, foi habitada, pelo menos, a partir de 6.000 a.C.

No neolítico o homem ocupou a zona do Baixo Mondego. Contudo é natural que anteriormente já fôsse ocupada. A presunção vem de que a uns vinte quilômetros ao norte da cidade, na atual vila da Mealhada, se encontraram vestígios do acheulense (4). Porém, os dados mais notáveis e aquêles que remontam a mais longe, achados na região, pertencem ao neolítico.

A dois passos do centro urbano — e daqui a anos já adentro do seu perímetro — temos a Gruta dos Alqueves (5) no Alto de Santa Clara, a este da Póvoa. Na jazida monumental da povoação que lhe ficava vizinha e de que hoje não há indício, foram encontrados depósitos funerários do homem neolítico que Paula e Oliveira caracterizara como do Cro-Magnon e que Mendes Correia, seguindo na esteira de Quatrefages, afirma que já se individualizara daquela. Ricardo Severo e Fonseca Cardoso fizeram o estudo antropológico dos restos humanos inhumados em cistas com os joelhos junto da bôca e concluíram que do Mondego ao Tejo havia uma mancha populacional homogênea.

Como seria o viver dos habitantes desta zona que aqui deixaram os seus restos mortais?

Pôr a interrogação é entrar na análise da estrutura social da região, pois os indícios revelados pela gruta dos Alqueves são insuficientes para se a determinar com relativa precisão, e, por isso, há que recorrer a outros vestígios do neolítico e eneolítico que se toparam no Baixo Mondego. Santos Rocha (6), infatigável inves-

(4). — Carlos Teixeira — A estação arqueológica da Mealhada e a sua cronologia.

(5). — A. Santos Rocha — A caverna dos Alqueves in *Portugália*, vol. I; pág. 333; Ricardo Severo e Fonseca Cardoso — *Notas sobre os restos humanos da caverna neolítica dos Alqueves*, idem, pág. 338; Vergílio Correia — *Notas de Arqueologia e Etnografia do concelho de Coimbra*. Separata ao vol. XVI, tomo I, *Biblios*. 1940, pág. 31; Anibal Pais de Brito — *Estudo antropológico sobre alguns restos humanos da caverna de Alqueves in Boletim da Sociedade Arqueológica dr. Santos Rocha*, tomo I, pág. 267.

(6). — A. Santos Rocha — *Antiguidades Prehistóricas do concelho da Figueira da Foz*. Coimbra. 1888.

tigador da arqueologia pré-histórica da região, será o nosso guia. Em nenhuma das estações estudadas, quer as da Serra da Boa Viagem, quer as de Ereira ou dos Alqueves, não há nota de habitação. Seriam possivelmente choças ou cabanas sôbre fossos circulares, tendo algumas o lar ao centro, tal como sucedeu nas estações francesas de Campigny e Chassey, ou em Itália. Quanto ao seu sedentarismo, também não subsistem dúvidas. Eram sedentárias, embora percorressem a região em cata da lebre, do coelho, do javali, levando consigo o cão. O comércio igualmente lhes era conhecido e iam adquirir a ribeirite, os machados de pedra polida, as facas e as serras longe dali ou então traziam-lhe êstes produtos, promovendo a troca por outros que possuíam. A agricultura exerciam-na com certa intensidade. Semeariam, possivelmente, a cevada, usando o "pico", os raspadores. O grão, obtido na sementeira, seria reduzido a farinha, talvez, pela mulher que o colocava entre duas pedras chatas. A maior, a fixa, serviria de mó dormente e à outra, a ligeira, seria impresso pela mão em movimento, que levaria à redução do grão a farinha grosseira que daria um pão imperfeito. O triturador achado na Várzea do Lírio, pode deixar prever esta asserção.

Sob o ponto de vista social, há várias notas características, produto da luta estreme do homem com o meio. Verifica-se, no entanto, que na época neolítica já êle se encontra mais apetrechado para se defender do ambiente. A divisão do trabalho é maior, ou seja, a agricultura pertence a um certo sexo, a um certo grupo de pessoas, o cão está domesticado, o escravo desempenha um papel notável. Assim, nos diferentes depósitos ósseos, há restos de individuos de várias idades, o que permite supor que os monumentos funerários não seriam apenas para um único chefe ou guerreiro notável, mas sim para uma família ou casta poderosa. É possível até que as enormes lages, que constituem os *dolmens*, fôsem conduzidas pelos escravos ao local escolhido pela classe poderosa e seriam do mesmo modo os escravos que construiriam o *túmulo* do conjunto megalítico. O adôrno, o luxo, nota de um todo econômico-social, era igualmente usado: o colar pendente seria enfeito de maior cobiça quanto mais ribeirite e contas possuísse. Toucados feitos com requinte, por meio de pentes e ganchos de osso, também não faltariam àquêles que desfrutavam do mando e do poder na sociedade em estudo.

O sedentarismo, praticado de vez, teve o correspondente aumento populacional e com êle um problema gravíssimo se ergueu e à volta do qual gira tôda a futura sociedade: a insuficiência técnica para satisfazer tôdas as solicitações geradas pelo aumento demográfico. Havia que tornar mais produtiva a mesma área agrícola e cinegética que anteriormente pouco rendimento dera. Para satisfazer essa necessidade, só era possível uma melhoria técnica e é isso que vamos vêr nos períodos seguintes: o do bronze e do

ferro. Antes, porém, acrescentemos que entre 6.000 e 2.000 anos a.C. o clima seria magnífico, pois ainda pertence este período ao da antiga litorina.

Resumamos as conclusões a que se pode chegar no período neolítico: na zona que de Coimbra se estende até ao litoral teria existido neste período uma série de localidades onde o homem labutaria constantemente com o meio que o cercava e com as limitações próprias de uma técnica rudimentaríssima, embora a sociedade já estivesse diferenciada.

De 2.000 a 800 a.C. novo metal é usado pelo homem e daí nova idade, a do bronze. Nota singular: segundo um arqueólogo bem conhecido (7), neste período não há vestígios daquela liga numa área extensa que abrange o sul do distrito do Pôrto, a parte meridional e ocidental dos de Viseu, Guarda, Aveiro, Coimbra e Castelo Branco, e o norte dos de Aveiro, Leiria e de Portalegre, isto é, numa zona que ficasse limitada por duas paralelas — uma que partisse da foz do rio Leça até à Serra das Presas, ao sul do Sabugal, e outra, do norte de Leiria até ao norte de Elvas. A que atribuir a falta de dados? Teriam as populações que aqui habitaram, no neolítico, emigrado para outras zonas? O dolícocefalo daquele período teria desaparecido por completo? E se tal aconteceu como justificar o fato? A estas perguntas, acrescentemos que embora o mar fôsse um laço que proporcionava estreitas relações económicas, não era, porém, através dêle que se efetuavam deslocações em massa, tal como acontecera aos chamados capsinses na passagem do paleolítico para o mesolítico. E continuando a pôr interrogações, não poderíamos afirmar que nesta área o bronze não teria aparecido tão somente pela circunstância de até esta data não se ter topado com qualquer estação? Afirmá-lo, seria, por certo, cometer imprudência de vulto, pois, se estações neolíticas e da idade do ferro se hão encontrado em razoável número no Baixo Mondego, nada justifica que as do bronze faltem. Aventemos a hipótese que não deve andar arredia da verdade — e o tempo a justificará ou não: num período correspondente já noutros países se estava na idade do bronze, enquanto esta zona ainda se encontrava no neo-eneolítico. Ora na região que vimos tratando, pode ter sucedido que esta última cultura tenha sido desembocar diretamente no período de Halstatt. Felix Alves Pereira (8) declarou que no Outeiro de Assenta, a idade do bronze podia ser suprimida à vontade. A ser assim, abre-se diante de nossos pés a idade do ferro.

A sociedade que vamos encontrar no Baixo Mondego, é em definitivo, uma sociedade adulta que não hesita como parece ter acontecido na anterior. Tardamente, talvez por 1.000 ou 900 anos a.C. houve as primeiras difusões da cultura do ferro no nosso país,

(7). — Mendes Correia — Os povos primitivos da Lusitânia. Pôrto. 1924, págs. 235-236.

(8). — Felix Alves Pereira — O outeiro da Assenta in O Archeologo Portugues, vol. 20, pág. 152.

sendo seus portadores os viajantes do Mediterrâneo, que em busca das misteriosas Cassitérides — o noroeste da Península Ibérica, como o quer Obermaier? ou a Bretanha, Irlanda ou parte meridional da Inglaterra? — demandariam o nosso litoral. Santos Rocha, estudando as estações do ferro de Santa Oláia (9), próximo de Montemor-o-Velho, verificou que a cerâmica recolhida não vinha de Cartago. Ela era, sim, fabricada aqui, embora o fôsse por colonos daquela cidade púnica e sob a influência dêles. Outro ponto, onde a influência cartaginesa parece ter-se feito sentir, foi no castro pré-romano de Conimbriga (10). As fíbulas aí encontradas assim o indicam. O Mondego chamou já as populações que até ali lhe tinham andado um pouco afastadas e agora era êle o veículo que lhes servia. O aumento populacional, que estamos descrevendo obrigou a uma maior irradiação que tem o seu apogeu no período de La Tène. Neste período a população aumenta, pois o que dela ficou constitui um espólio bem mais vasto do que o anterior. E, como o havíamos dito, o conseqüente enriquecimento técnico para suprir as necessidades de um acréscimo demográfico foi um fato. A partir de 200 anos a.C., como diz Mendes Correia (11), estabeleceram-se relações estreitas entre os cartagineses e êsses povos, ainda que o domínio político se eduzisse à parte meridional e oriental da Península. Dos ligures, atesta-se a sua presença em redor do Baixo Mondego. Os nomes de Ledusco, na provincia da Corunha, de Velasco Muñoz, na de Salamanca e a de Chamusca em Portugal, são disso prova, pois as terminações em *asco*, *asca*, *acon*, revelam o centro ligure.

Quando as guerras púnicas se iniciam, a disposição étnica da Espanha deve ser sensivelmente esta, segundo Hubert (12) “au centre, sur le plateau a pris naissance un groupe de peuples de grand valeur militaire dont les cadres tenaient une large place et des bonnes positions”.

Os celtas estão aí e foram êles que deram às populações que habitavam o Baixo Mondego um impulso considerável. Adentro daquele principio que atrás mencionamos — a técnica a satisfazer a necessidade surgida do aumento populacional — com os celtas a agricultura passa a usar a charrua com duas rodas, puxada por várias juntas de bois (13). E do trabalho que a sociedade até aí mantinha, “trabalho necessário”, que é, afinal, aquêle que serve para criar e manter o poder do trabalho da sociedade, transitou-se para o “excessivo”, que é a parte restante do trabalho social com o qual se obtêm mais produtos do que os necessários para manter

(9). — A. Santos Rocha — *Estações pré-romanas da idade do ferro in Portugália*. Vol. II, pág. 355.

(10). — Vergílio Correia — *Conimbriga — a camada pré-romana da cidade*. Lisboa. 1917.

(11). — *Obra citada*, pág. 264.

(12). — Henri Hubert — *Les celtes*. Paris. 1932, pág. 91.

(13). — *Ibidem*, pág. 311.

o poder de trabalho da sociedade. Esse foi o grande papel dos celtas.

Entreposto, o Baixo Mondego, foi ponto de passagem de troca dos cartagineses e, antes dêles, dos fenícios e dos gregos, que mantiveram nesta área uma exploração meramente comercial sem nunca se haverem fixado. Já com os celtas isso, porém, não sucedeu. E a própria Conimbriga é um dos locais em que os celtas se fixaram, mas não sem luta das populações estabelecidas. E conclui-se dessa maneira porque *magos*, *calos* e *briga*, respectivamente campo, espaço descoberto e fortaleza, são de origem céltica, muito embora esta última seja apenas pertença da Península. Em peleja com as outras populações, os celtas foram semeando de tal forma povoações com a terminação *briga* que há em Portugal doze e em Espanha dezanove. Assim, no nosso país possuímos (14): no Minho, *Abro-brica*, sôbre o Ave, junto de Vila do Conde, e *Voll-briga*, um pouco ao sul de Braga; na antiga província do Douro, *Lango-briga*, um pouco ao sul do Pôrto, *Tala-briga*, junto de Sousa no Vouga (?), *Conimbriga*, em Condeixa-a-Velha; *Medu-briga*, próximo da Serra da Estrela; na Beira, *Ceilo-briga*, provávelmente Calábria, castelo arruinado, sôbre a margem meridional do Douro, na fronteira; na Estremadura, *Ara-briga*, talvez Alenquer; *Ceto-briga*, Tróia; *Mero-briga*, Santiago de Cacém; no Alentejo, *Mando-briga* ou Mouto-Briga, Portalegre ou arredores; e, por fim, no Algarve, *Lacco-briga*, Lagos.

Ptolomeu afirma mesmo que os celtas construíram nove das suas fortalezas em território habitado pelos ibéricos: os turdetanos, a sudoeste; os vetões a este dos lusitanos; no centro da Península, os lusitanos.

II

A INVASÃO ROMANA DA PENÍNSULA

a). — ASPECTO MILITAR

A vaga romana vai rolar por sôbre a Península e convertê-la em vasta região que dependerá da capital do mundo de então e das suas classes poderosas.

A chegada de Cipião a Ampúrias em 218 a.C. é o começo: conquista-se a parte do litoral compreendida entre os Pirineus e o Ebro, base donde se fomentaram novas conquistas. Tarraco é a praça forte. Transposto o Ebro, após haverem derrotado, junto à costa, os cesetanos e os ilergetes em Ilerda, as hostes romanas avançam para Sagunto, quase na foz do Pallantia e ocupam-na em 215

(14). — D'Arbois de Jubainville — *Les celtes depuis les temps les plus anciens, jusq'au l'an 100 avant notre ère.* Paris. 1904, pág. 99.

a.C. Sempre ao longo da costa, os invasores infligem em 214 a.C. nova derrota, agora aos turdetanos, os que habitavam, juntamente com os túrdulos e fenícios, a Bética. A queda dos dois Cipiões, em 212, provoca a perda do já ganho ao norte do Ebro. P. Cipião, que conquistara Cartago Nova, faz depois progressos. Digase, para se verificar a dificuldade da penetração, que no ano de 208 o poder da República não chegava, no interior do país, para além do Osca, situada a curta distância de Ilerda. A linha do litoral parece franquear-se com mais facilidade do que a do interior. É para isso deve ter contribuído, primeiro, o auxílio dispensado pela esquadra, e, em segundo lugar, o maior grau de civilização desta zona. Assim, os micênios há três mil anos que teriam arribado a estas paragens, talvez a Tartessos. Os fenícios em 1.000 a.C., sob o domínio de Salomão haveriam igualmente atingido a cidade, que se apelidaria então de Tarchisch. No dizer de Heródoto, primeiro vieram os sâmios, e depois, no século VII os focenses, que teriam percorrido o litoral levantino e meridional da Península. Em 542, os cartagineses derrotaram em Alália os seus adversários e ficaram senhores de Tartessos. Estabelecendo feitorias noutros pontos do pequeno continente que é a Ibéria, deram-lhe um relativo grau de civilização, que não foi igualado na época, em qualquer outro ponto da Hispânia. Se o avanço romano operado foi fulminante, isso não se deve apenas à perícia militar dos invasores. É que o cartaginês Asdrubal teve que se transferir à África para combater Sifax, e os celtiberos enfileiraram no exército romano, procurando, certamente um soldo que Asdrubal lhes negara por eles não quererem combater fora da Espanha. Asdrubal, porém, volta à Península e reorganiza as suas tropas. Toma como generais Asdrubal Giscon e Aragon. Públio Cipião comete o êrro que ia sendo fatal a Roma: reparte as suas tropas e entrega o comando da outra metade a Cneio. Públio topa com a morte, no alto Baetis, em Cástulo, frente às forças reunidas dos dois auxiliares do cabo de guerra púnico. Cneio, surpreendido pelos Celtiberos, que faziam parte das suas forças, encontra igualmente a morte em Illorci, que não se sabe ao certo onde seja.

No período que medeia entre a morte de Públio e de Cneio e a chegada de Cipião - o - Africano, Lúcio Márcio e Tito Tonteio exercem o mando até que Roma, livre da maeação de Anibal Barca, lhes envia 12.000 infantes e 1.600 cavaleiros, comandados por Cláudio Nero que recebeu das mãos de Cipião o *imperium*. O Africano chegou, no entanto, à Espanha no outono de 210, na companhia do propretor Marco Júnio Silano. Reunidas as forças — resto das tropas dos Cipiões, 13.000 homens, Silano e Cipião trouxeram consigo 16.000, além de tropas auxiliares — ao todo uns 35.000 homens. Os cartagineses, em 209, deixam de ter como comandante Asdrubal que vai a Itália auxiliar Anibal. Entretanto, as

tribos da Península rompem as relações estabelecidas com Cartago, e a principal cidade púnica da Espanha, Cartagena, deixa de pertencer aos senhores do Norte da África. Asdrubal volta e procura recrutar tropas e extorquir dinheiro aos habitantes da Península. Cipião, aproveitando com astúcia o descontentamento que as exigências desta Barca provocavam, atrai, para Roma, chefes e cidades da Espanha que até aqui haviam lutado por Cartago. Caída Cartago Nova em poder dos romanos, com o auxílio da sua esquadra naval sob o comando de Caio Lélío, Cipião avança. Asdrubal defronta-o, porém, junto da cidade de Baecula, na região de Baileu, bem perto de Cástulo — a entrada natural da Andaluzia. Conquistada aquela e logo o vale do Baetis se abria para a Roma. Vencedores, em data que não se pode determinar com precisão, os romanos congraçaram as boas vontades dos chefes das tribos peninsulares, e Mandoriro, Indibil e Edescon passam a seguir o seu partido. Tito Lívio diz mesmo a propósito desta tática de Cipião-o-Afriicano: "Logo o inverno (209-208) dedicou o general a reconciliar os ânimos dos bárbaros oferecendo-lhes, por um lado, prêmios e, pelo outro, a liberdade dos reféns e prisioneiros. Apesar de derrotados, os cartagineses não abandonaram por completo a Espanha e em 207 são de novo vencidos na batalha de Ilipa, cidade da margem direita do Baetis, hoje Alcalá del Río.

Vencida, Cartago nunca mais voltaria à Espanha que estava aberta às tropas de Roma que iriam cortar a Península em todas as direções em cata de objetivos vários.

b). — MOTIVOS DA CONQUISTA DA ESPANHA

Costuma dizer-se que aos romanos apenas interessava na Península a derrota dos cartagineses, que aqui tinham a sua cabeça de ponte para ameaçar permanente e implacavelmente Roma (14^a). Se fôsse assim, tomada Cartago Nova, atingido estaria o objetivo a que se haviam proposto. Acrescenta-se, porém, na tentativa para explicar a continuação da permanência romana na Hispânia, que o Senado, depois da batalha de Ilipa, chamou a Roma Cipião e lhe deu instruções, cujo conteúdo se ignora, mas que não deve andar longe deste: tornar a Espanha província de Roma (15).

Schulten (16) afirma que o móbil da conquista da Península foi a riqueza mineral que se encontrava sobretudo na Serra Morena, arredores de Cartagena, Galiza, Astúrias e Cantábria, bem como em muitas outras regiões. De prata, tinha-se em Cartagena uma mina que fornecia diariamente 300 libras, trabalhando nela.

(14a). — Pedro Boch Gimpera e Pedro Aguado Bleye — *História de España* — dirigida por Ramón Menéndez Pidal, vol. III, 1935, pág. 41.

(15). — Zonaras, IX, 10-433.

(16). — Hispania — vol. 2.005.

nos tempos de Políbio, 40.000 homens, e a capital do Mundo conhecido obtinha, pela sua exploração, diàriamente 25.000 dracmas.

O ouro existia nos rios da Lusitânia, Douro e Tejo, o das areias áureas. Mas o trigo, o sal e outros produtos também não faltavam. Quer nos parecer que reduzir apenas a conquista a êste móbil e ignorar o "motor" delas — as classes dominantes em Roma — será deixar o problema em meio. Para se compreender bem a conquista da Península há que dar um ligeiro apontamento das classes poderosas de Roma, as quais efetuaram aquela conquista, a fim de obterem mais lucros e rendimentos.

Roma, no século IV e em especial na segunda metade, era uma cidade camponesa. As leis licínias (367-366 a.C.) deram um enorme impulso à criação dêste estado de lavradores, tanto sob o ponto de vista político como econômico, ao limitar o aumento indefinido de quantidades de terras possuídas ou arrendadas por uma única família. O número exato de *jugera* (unidade de superfície) permitido por esta lei podia ser uma lei precursora de uma outra que surgiu no século II a.C. Mas é natural que já existisse uma legislação anterior formada no mesmo espírito e assim se explicaria que o novo incremento do século IV trouxesse consigo um aumento das pequenas propriedades agrícolas e, conseqüentemente, o aumento da população de Roma. As suas famílias aristocráticas seriam famílias de ricos lavradores. E como auxiliares tinham os escravos e clientes, a quem dirigiam. Pode acrescentar-se que as novas colônias que iam sendo incluídas, nesta época, no *Ager romanus*, eram terras de cereais e de outros produtos agrícolas.

As guerras púnicas contribuíram enormemente para a decadência dos escassos centros da vida econômica progressiva, existentes na Itália e nos domínios cartagineses. Em troca, porém, ampliaram a extensão da colonização romana, embora, inicialmente, a Sicília, a Sardenha e a Espanha, atraíssem poucos colonos e continuassem a ser para Roma o que já haviam sido para Cartago: centros produtores de cereais e territórios fornecedores de metais. Quando o *Senatus populusque romanus* fêz estas conquistas, o Estado continuou ainda por algum tempo a ter as características de Estado camponês. Pode até acrescentar-se que foram os exércitos de camponeses, dirigidos por chefes militares, representantes da nobreza hereditária, membros do Senado, que derrotaram os cartagineses.

Bem que os comícios por centúrias (17) só tenham sido organizados no século IV a.C., a sua origem remonta, com certeza, ao século anterior à época em que Roma era a cidade mais importante do Latium mutilado, com os Equos, a este, e os Volscos, ao sul. Apesar disso, ela defendera com vigor e êxito a sua independência contra as arremetidas dos etruscos e sabinos. Para se

(17). — Eugène Cavaignac — *Peut-on reconstituer l'échelle des fortunes dans la Rome républicaine?* in "Annales d'Histoire économique et sociale", n.º 4, 15 de outubro de 1929, pág. 482.

manter dessa forma, entre perigos constantes, as grandes famílias dirigentes da cidade, são forçadas a explorar todos os recursos da população rural, incluindo o cultivador livre que arroteia a parte do solo que lhe coubera. Consultando-se para tôdas as grandes decisões, como paz ou guerra ou negócios importantes, reúnem-se no campo de Marte, fora da cintura das muralhas, não podendo aí entrar-se armado. Votam sem discussão, sim ou não, sôbre um caso concreto, apresentado pelo magistrado que possuía o *imperium*. Surge, pois, a necessidade de escalonar as posses dos vários proprietários. Usaram-se dois processos para fazer tal distinção: o primeiro o do soldo, e o segundo o do *tributum ex censo*, que lhe é correlativo.

Depois, o limite divisório fixou-se em 50 *jugera* (doze hectares e meio) o que ficou a ser a área tradicional e o aumento de 22 para 25 das novas tribos no território dos Veios, em 380 aproximadamente e a criação das 26.^a e 27.^a, em 358, em território pontino, são indício flagrante da forma como a posse da terra se estava a fazer, pois o número de proprietários ia em aumento. Para se ser qualificado de legionário, pesadamente armado de *hastat*, *prince* ou *triaere*, era preciso ter 7 *jugera*. Em 310, porém, em vez das cifras dos censos em terra, passa a adotar-se as do dinheiro. É a época do asse pesado (18). A classe mais elevada, aquela que podia servir a cavalo tinha que possuir 100.000 asses, quantia que se manteve mesmo ao longo da desvalorização da moeda, pois o asse no século seguinte foi caindo até atingir a proporção de 10 para 1, ficando a ter, de peso, 30 gramas. Nesse período exigia-se à classe mais poderosa 1 milhão de asses, o qual vamos encontrar, no fim do século III, nos 400.000 sestércios do censo do cavaleiro romano. Fazendo-se a correspondência, 400 asses pesados equívalem, no século IV, a uma centena de hectares sensivelmente. Mas, para as fortunas mais elevadas, a terra era um dos elementos de riqueza, tal como os rebanhos, que eram numerosos, e os escravos.

Era esta a classe mais poderosa e abaixo dela estavam tôdas as outras que se escalonavam de 25.000 em 25.000 asses. O legionário dispunha de 1.500 asses, valendo 10 asses um carneiro, 100 um boi e, como animal nobre, o cavalo de combate comprava-se por 1.000 asses. De 340 a 264 grandes transformações se verificaram na Itália. O asse continua a descer, indo de seis para quatro, três, dois, e o preço das coisas aumentou enormemente. No entanto, o aumento proporcional da depreciação ponderal do asse não se registou. O território romano elevou-se de 16.000 km.² para 25.000, com uma população de 270.000 cidadãos adultos, calculando-se em dois terços o número dos que podiam votar. Como resultado das guerras púnicas e orientais, os cidadãos de Roma tornaram-se mais

(18). — O asse pesado tinha, em teoria, 327 gramas, mas na prática, possuía apenas 273 gramas.

ricos, cabendo a parte apetecível do despójo aos chefes militares, membros da classe senatorial, nas mãos dos quais iam tombando os gados e os homens. Assim, quando uma cidade era saqueada, a maior parte do espólio de guerra pertencia-lhes e regressavam a Itália mais poderosos e ricos do que anteriormente, levando atrelados aos seus carros de guerra os trofeus apetecidos: rebanhos de gado e escravos. Foram também membros da classe senatorial os encarregados pelo Senado, da administração das novas províncias e dos antigos domínios cartagineses. Tal como aconteceu na Sicília, no reinado de Hierão II, os territórios conquistados continuaram a ser considerados como propriedade romana, *paedia populi romani*. Como os países conquistados tinham como administradores e altos funcionários, militares e magistrados do povo romano, com poderes quase ilimitados, resultou uma nova fonte de riquezas para a classe senatorial. Aumentando a fortuna, esta classe começou a participar nas operações de crédito e na atividade comercial, resultante da concentração do capital nas suas mãos. Do prestígio financeiro, disfrutado pela classe senatorial de Roma e classes correspondentes das cidades aliadas daquela, outras classes beneficiaram da posição dominante do capital. Desta sorte, surge a classe dos homens de negócios. Os seus membros iniciaram a carreira que os havia de levar à prosperidade econômica, explorando a extensa propriedade imóvel, terras agrícolas, minas, bosques, comércio do Estado e, durante as guerras de conquista, eram eles que proviam os exércitos de víveres e de tôdas as coisas de que careciam. Adquiriam igualmente o espólio de guerra que cabia ao Estado, aos generais, aos oficiais e aos soldados, a quem seguiam com vagar no fito de fazerem bom negócio com eles. Finda a guerra, negociavam com os vencidos e os vassalos de Roma, concedendo-lhes empréstimos e arrendando a cobrança dos impostos e outras receitas que o Estado Romano exigia das suas províncias.

Os membros mais ricos dêste novo grupo de capitalistas "avant la lettre", pois, como muito bem acentua Mayer Reinhold (19), não se pode aplicar-lhes aquela designação atual, quando, ao tempo, o industrialismo de nossos dias não existia e o proletariado hodierno não era ainda conhecido, habitavam quase todos em Roma e aspiravam, como representantes da classe eqüestre, a ascender até à senatorial. Adquirindo dinheiro, lançaram-se na especulação e tentaram colocá-lo em posições mais sólidas do que as anteriores. A terra passa, então, a ser a sua cobiça e compram-na, disfrutando depois uma vida tranqüila, sem os azares da luta, nem os vai-e-vens da refrega, longe do solo pátrio. E a sua pecúnia começa a ser aplicada na compra de propriedades na Itália e participar também em negócios dentro do seu próprio território. A fortuna acumulada entrou em ponto morto, isto é, deixou de ter utilidade social, assu-

(19). — *Science and Society*, vol. IX, n.º 4, 1946.

mindando a função parasitária. O Senado, constituído pelos capitalistas, procurou fomentar, através da cedência de terras, a vida econômica de Roma. Tentou-se, assim, prover à circulação da riqueza, atacando-se, igualmente, a grande concentração da propriedade agrícola nas mãos de uns tantos. Em consequência destas medidas, por cerca do século IV a.C., a produção aumenta e novos problemas se criam. Entre eles sobressaia o de renovados mercados para a colocação de novos produtos. Após a segunda guerra púnica, luta longuíssima empreendida pelo Senado romano em nome da liberdade do mar — o que mais tarde havia de ser o *mare nostrum* (20) — Cartago deixou de ser a potência comercial que dominava o Ocidente e o explorava a seu bel-prazer. Como acentua Rostovtzeff (21), que em grande parte temos vindo a seguir neste breve escôço justificativo das condições em que a ocupação romana da Península se deu, é muito verossímil que fôsem os grandes "terra-tenientes" itálicos, dirigidos por Catão, que insistissem na *Delenda est Carthago*. Eram já grandes produtores de vinho e azeite e tinham, ao tempo, motivos mais que suficientes para se desfazerem de um adversário, temível competidor, e transformarem os seus campos agrícolas em terrenos que produzissem o trigo que faltava ao insatisfeito ventre de Roma (22).

Esta nova burguesia urbana que encontramos agora em Roma não tomou parte ativa na vida política do Estado. Essa foi desempenhada pela aristocracia. Mas não se verificou conflito ou desinteligência irreductíveis? Na época que vimos tratando a atividade econômica — objetivo imediato desta burguesia nascente — tinha o seu campo desbravado pela atividade política da classe senatorial, pois ambas as classes tinham um vasto terreno à sua frente para enriquecerem — o campo que a derrota cartaginesa deixara. E, dêste modo, um acôrdio tácito se estabeleceu entre as duas. Portanto, uma tarefa comum se impunha: conquistar mais e mais territórios que passariam a ser novas extensões sujeitas a explorações.

A Espanha estava-lhes, pois, aberta, graças ao aparelho bélico. Havia agora que levar por ela adentro o carro triunfal, que era seguido por essa Roma ávida e, simultaneamente, civilizadora.

(20). — André Ribard — *La prodigieuse histoire de l'humanité*. Paris, 1946, pág. 139.

(21). — *Historia Social y Economica del Império Romano*, vol. I. Madri. 1937, pág. 55.

(22). — Gaston Boissier — *Promenades archéologiques. Rome et Pompei*, 15.^a edição, Paris, pág. 228:

"segundo Plínio (o antigo) os "latifundia perdix Italiam", no fim da república romana, não havendo trigo em Roma. A concorrência aos agricultores romanos era feita pelo trigo proveniente da Sicília e do Egito, o qual era vendido a preço baixo e em abundância."

Tacito in *Annales*, III, 54, diz mesmo: *Vita populi romani per incerta maris et tempestatum quotidie volvitur*.

Quando César tomou o poder contavam-se 320.000 pessoas que recebiam trigo. Durante o seu exercício, o número foi reduzido para 150.000 e, quando Augusto morreu, 200.000 tinham em Roma a esmola. Este número manteve-se sensivelmente igual até à época dos Severos.

c). — DÉCIMO JÚNIO BRUTO. CONQUISTA DA LUSITANIA

A história da conquista da Lusitânia pelos romanos pode dividir-se em cinco períodos (23). Deixemos de lado o primeiro que vai de 193 a 147, durante o qual os lusitanos fazem incursões na Bética e são repelidos pelos romanos, que se alojam na Lusitânia meridional, ou seja, entre os rios Anas e Tagus. Façamos o mesmo para o segundo período que tem os seus marcos cronológicos em 147 e 139, e que presenciou a chamada guerra viriatina. Detenhamo-nos, porém, no terceiro lapso de tempo que se estende desde 138 a 84. Aqui encontraremos um dos motivos de maior interesse para o fim que nos propusemos.

O cônsul Décimo Júnio Bruto, o *Calaico*, como lhe chama Estrabão, recebeu ordem de pôr, de vez, têrmo à guerra que desde 147 se travava com sorte vária, apesar de Viriato haver sido já morto à traição por companheiros seus. Ao que parece Júnio Bruto trazia intencionalmente para conceder terras e situação bem definida aos que aceitassem de bom grado a dominação de Roma. Aos que tivessem a veleidade de se lhe opor, devia-os submeter com decisão.

Para alcançar tal fim, estabeleceu a sua base de operações em Moron, sobre o Tejo, e, como diz Estrabão (24), fortificou Olysipton na margem do rio, com o objetivo de ter o passo livre e receber as provisões necessárias. Estaria até na embocadura deste curso de água uma esquadra que seguiria também as marchas do exército para o Douro. O sucessor de Cipião Emiliano percorreu em todos os sentidos a costa ocidental entre os anos de 138 e 136 e foi o primeiro, entre os romanos, a atingir neste ponto o litoral atlântico (25).

As cidades, ao que parece, defenderam-se com ardor dos ataques de Décimo Júnio Bruto que chegou a atravessar o rio do Esquecimento, o Lima, e afirma-se que na batalha contra os galecos, até então independentes, bem como os *vacui* e os *lusitani*, matou 50.000 dêles.

Da conquista de uma das cidades setentrionais por este cabo de guerra temos notícia. Apiano (26) relata assim o que se passou com Décimo Júnio Bruto em Talabriga, localidade mencionada no Itinerário de Antonino: a cidade era uma das da Lusitânia que

(23). — Leite de Vasconcelos — *Religiões da Lusitânia*, vol. III. Lisboa, 1913, pág. 153.

(24). — Estrabão — *Geografia*, III, 152, 2. Leite de Vasconcelos, *ibidem*, II vol. 1, 905, pág. 24, em nota 4 afirma uma possível identidade entre Almourol e Moron. Mendes Correia, in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. IV, 1934, pág. 251, diz que Moron é Santarém e que o topónimo Moron encontrado junto desta cidade assim o confirma.

(25). — Th. Mommsen — *Histoire romaine*, vol. IV, 1872. Paris, pág. 307.

(26). — Apiano — *Romanorum Historiarum quae supersunt*, VI — 73 — Lipia — I vol. — pág. 188.

mais freqüentemente se revoltava e o cônsul para ali se dirigiu em pé de guerra, havendo os irrequietos habitantes da cidade suplicado e sujeitado às condições impostas pelo conquistador, que, em primeiro lugar, pretendeu fazer sentir o pêso da sua força e, depois, exigiu a entrega imediata dos trãsfugas das hostes que comandava, os quais seriam certamente aliados que nunca morreram de amores pelos romanos (27), pois, em larga medida, combatiam contrafeitos. Décimo Bruto, embora reconhecesse que êsses soldados eram fracos combatentes (28), êles seriam indispensáveis para levar por diante a pacificação proposta pelo Senado que preferia uma política de tranquilidade — *Pax romana* — a uma luta constante, que gerava a incerteza e o fraco rendimento econômico. No entanto, o cônsul de Roma não se contentou apenas com isso e exigiu mais: pediu refêns e ordenou que os habitantes abandonassem a cidade com suas mulheres e filhos. Segundo a notícia de Apiano, os talabrigenses preparavam-se para obedecer. Surge, então, o golpe de teatro, talvez mais artifício do autor latino do que fato autêntico. Décimo Bruto dispôs as suas tropas em círculo e agrupou os habitantes humilhados, tendo-lhes feito um discurso, no qual, possivelmente, os chamaria à realidade ao afirmar-lhes que tôda a tentativa de sublevação seria implacavelmente reduzida à insignificância pelo poder das armas romanas. Mas sem perder de vista as ordens do Senado — manter o “statuo quo” encontrado — Décimo Júnio Bruto perdoou-lhes, procurando com esta medida demagógica, ter bem seguros na sua destra os irrequietos habitantes de Talabriga. Como precisava, porém, de manter o apetrechamento técnico do seu exército, exigiu-lhes alimento e levou-lhes dinheiro. Depois abandonou a cidade, que ficou na posse dos seus antigos senhores. Este trecho que é único (29) na história da conquista das *mil cidades da Hispânia* (30), talvez se aplique também à conquista de Aeminium pelo mesmo cabo de guerra como acontecera em igual data, 138 a.C., a Conimbriga (31). Pode igualmente fornecer-nos uma idéia, embora pálida, da organização econômica-social existente neste trecho da nossa atual Beira Litoral (32).

(27). — É certo que muitos lusitanos combateram nos exércitos de Roma. Na época imperial há nota dos seguintes corpos de exército compostos por soldados oriundos da Lusitânia: *Cohors Augusta praetoria lusitanorum equitata*, que no ano de 86 acampava bem longe do torrão natal, na Judéia, e que depois se passou ao Egito, estabelecendo-se na Tebaida. A *Cohors I lusitanorum* esteve de 99 a 105 na Panônia. A *Cohors lusitanorum Cyrenaica* foi assinalada na Méssia Inferior, e no Alto Egito topamos com a *Cohors I lusitanorum*, e no século I a *Cohors VII lusitanorum equitata* fazia parte de uma guarnição da Numídia.

(28). — Th. Mommsen — *ob. cit.*, vol. III, pág. 216.

(29). — F. Alves Pereira — *Geografia proto-histórica. Situação conjectural de Talabriga* — in *O Archeologo Portugues*, vol. XII, pág. 157.

(30). — A. Schultem — *Hispania*. Barcelona. 1920, pág. 95.

(31). — Rocha Brito — *As termas de Conimbriga: Separata de Clínica, Higiene e Hidrologia*, n.º 5, 1943, Lisboa, pág. 8.

(32). — F. Alves Pereira — *loc. cit.*, pág. 158.

Décimo Júnio Bruto devia ter sido, do mesmo modo, o primeiro guerreiro de Roma a entrar na que é hoje Coimbra (33). Aemínium passava a depender de Roma. E nascia para a história.

III

AEMINIUM

a). — SUA POSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Aemínium ficava na Lusitânia (34).

Primitivamente, isto é, a partir da segunda guerra púnica, no século III a.C., a Hispânia considerava-se dividida pelo rio Iberius, o *Æbro*, em duas partes: a ceterior ou *cis Iberum*, do lado nascente, e a ulterior ou *ultra Iberum*, do lado poente. Durante a República e nos princípios do Império ainda esta divisão subsistia. A Lusitânia, que ficava para baixo do Durius, pertencia à Ulterior e aquela que se encontrava para setentrião deste rio, de início, pertenceu-lhe também, mas, posteriormente, foi incluída na Ceterior. Augusto, em 27 a.C., cindiu a Ulterior em duas províncias, a Lusitânia e a Bética, e a Ceterior passou a constituir a Tarraconense. O rio Anas é que separava a Lusitânia da Bética e como capital da Lusitânia havia Emérita, que Augusto criara em plena guerra cántabra, no ano de 25 a.C. para sede dos veteranos que serviram nas legiões VI e X sob o comando de Carisius (35).

Após a reforma augustiniana, as províncias foram distribuídas pelo Senado e povo, por um lado, e, pelo outro, pelo imperador. Assim a Bética ficou pertença do povo, e as duas restantes do

(33). — Vergílio Correia — in *Romanização da Península Ibérica*. Congresso do Mundo Português, vol. I, 1940, pág. 535, afirma que os três pontos de que Décimo Júnio Bruto se serviu como bases de apoio para a conquista da parte central e litoral da Península foram: Moron, ao sul; Cava de Viriato, em Viseu, e Talabriga, atual Branca, no distrito de Aveiro. E sobre a romanização em redor de Coimbra, o mesmo autor diz, três páginas adiante, que na atual freguesia de Antanol a meio caminho entre aquela cidade e Condeixa-a-Velha, foi descoberto um acampamento romano que é conhecido na localidade por *Cidade da Mata* ou *Cidade Velha*, cuja traça não levou o ilustre arqueólogo a dar-lhe uma cronologia definitiva, hesitando entre, a época de César e a da conquista do Galaico.

(34). — Entende-se por Lusitânia a província que, em certa medida, Ptolomeu in *Geografia*, II, V, estabeleceu: "A Lusitânia é a parte romana que vai do Anas ao Durius e os lusitanos acantonaram-se entre este rio e o Tagus". Citando Apiano, Leite de Vasconcelos, in *Religiões da Lusitânia*, vol. III, pg. 122, nota 1, diz, por um lado, que a Lusitânia ia do norte do Tagus para cima, e noutro, entende-a a partir deste rio para baixo. Plínio, ob. cit. — V — XXXV, descreve-a assim: "No Douro começa a Lusitânia: os tendulos antigos, os présures, o rio Vacca, a cidade de Tallabriga, a cidade e o rio de Aemínium, a cidade de Conimbriga, de Collippo, de Enburo britium, depois um vasto promontório avança pelo mar, uns chamam-lhe o promontório de Artabrum, outros o grande Promontório e ainda outros o promontório de Olisipo por causa da cidade vizinha.

(35). — Antonio Garcia y Bellido — *Geografia de Strabon*, Madri. 1945, pág. 183, nota 287.

imperador que passou a ser representado por dois *legati*, um, o *praetorianus*, e outro, o *consularis*. O primeiro tinha por missão administrar a justiça às populações que ocupavam a Lusitânia e, como seu braço direito, possuía um assistente. Em Emérita é que residia o governador da província imperial da Lusitânia, havendo ao seu dispor uma poderosa burocracia que ia enriquecendo e passou a constituir força econômica, social e civilizadora de notável importância (36). Oficiais, empregados de finanças, questores, curadores e outros, constituíam a legião que se espalhava por toda a província, a fim de Roma estar presente em todos os momentos e em todas as circunstâncias que dissessem respeito à sorte das populações sob o seu jugo.

Aeminium estava incluída no *conventus juridicus* de Scallabis, um dos três *conventii* em que a província estava dividida, sendo os outros dois, no tempo de Plínio (37), o de Emérita e o de Pax, que, por seu turno, incluíam, ao todo, quarenta e seis povos, cinco colônias, um município com direito romano, três cidades com o direito dos latinos antigos e trinta e seis cidades tributárias, entre as quais aquela que vimos tratando. Como colônias havia *Augusta Emerita*, *Metallina*, *Pax*, *Norba* e *Scallabis*, chamada também *Praesidium Julium*. O município com direito romano era o de *Olisipo*, a *Felicitas Julia*, e as cidades com direito dos antigos eram: *Ebora*, a *Liberalitas Julia*, *Myrtilis* e *Salacia*.

O *conventus* gosava do privilégio de aí, em certa época, ser administrada a justiça pelo legado pretório ou pelo seu delegado (38). Os três *conventi*, nos seus 130.000 km.², continham, certamente, na época de Plínio, um milhão de cidadãos livres, partindo-se de um cálculo que não é de ter em muito confiança, ou seja, a existência de oito *capita libera* em cada quilômetro quadrado. O regime provincial estabelecido por Augusto terminou com Diocleciano e Constantino (39) que, ao dividirem o Império em Oriental e Ocidental, subdividiram esta última parte em duas prefeituras, que incluía três dioceses, uma das quais, a Hispânia, possuía, como governador, um vice-presidente ou *vigarius*, que tinha debaixo da sua alçada os *praesides* ou consulares que orientavam as províncias. A Lusitânia possuía, pois, um consular. Como cidade estipendiária, Aeminium devia, pelo menos de início, conservar uma autonomia judicial, administrativa, liberdade pessoal dos seus habitantes e respeito pela propriedade. De resto o passo de Apiano, atrás referido, assim nos leva a supor. Os seus habitantes, porém, tinham de pagar uma certa quantia, que havia de ser fornecida por todos. Os cidadãos de Roma disfrutavam, contudo, da isenção

(36). — Rostovetzeff — *Ob. cit.*, vol. I — pág. 390.

(37). — *Ob. cit.* — IV — XXI.

(38). — Leite de Vasconcelos — *Ob. cit.*, vol. III — pág. 169.

(39). — Vergílio Correia — *História de Portugal*, ed. de Barcelos, vol. I, pág. 233.

de tal impôsto pelo que gozavam de situação privilegiada. Tudo leva a supor que o fisco romano apenas se exercesse aqui através do governador, que teria poderes de inspecção, de negar ou autorizar a recolha de impostos extraordinários, autorização de reuniões públicas (40). Em Aeminium, dado o impôsto que tem de pagar, parece revelar-se mais uma prova de existência anterior à ocupação romana. A estrada que Roma por aqui lançou, como adiante veremos, com o objetivo de explorar as riquezas minerais, de evitar as inóspitas e difíceis regiões interiores, a estrada surgiria também como uma forma de manter com maior facilidade, a ordem e meio de recolher, com menos dificuldade, impostos (41).

b). — NOTÍCIAS LITERÁRIAS

De várias proveniências, temos dados de Aeminium-Coimbra romana. Uns arqueológicos, tais como epígrafes, marcos miliários, cabeças de estátuas, *opus signinum* (42), bases de coluna, fragmentos de cabeças de estátuas (43), elementos do entablamento de um templo (44), e outros de origem literária. Começemos por nos referir a êstes últimos, deixando os arqueológicos para depois.

Plínio, o autor da *História Natural*, inclui Aeminium nas trinta e seis cidades que na Lusitânia pagavam o *stipendium*. Passos à frente, afirma: "Ab Minio quem supra diximos CCM pass (ut auctor Varro) abest Aeminium quem alibi quidam intelligunt, et Limoeam vocant. Oblivio bis antiquis dictus, multuniquè fabulosus. Ab duris Tagus CCM p. interveniente Munda".

As informações que fornece Plínio — ou antes um copista medieval — põem imediatamente um grave problema que só veio a ter solução definitiva em 1888: é o da situação de Aeminium. Pela indicação, quatro erros se apresentam logo (45):

1.º, Minium por Aeminium; 2.º, CCM por CM; 3.º, Aeminium por Minius; e 4.º, Minios e Limoe confundidos.

Ora esta incerteza servia para largas conjeturas. Houve mesmo partidos. Por exemplo, Gaspar Barreiros (46), no século XVI, defendeu a identificação de Aeminium com Coimbra. Francisco de S. Luiz (47) navegava nas mesmas águas, tal como Borges de Figueiredo (48) ardorosamente e mais por intuição do que por certeza científica. No entanto, Montemor-o-Velho, Macinhata do

(40). — Manuel Torres — *Historia de España*, direção de Menéndez Pidal, vol. II, pág. 380.

(41). — M. Capella — *Milliarios do Conventus Bracaragustanuns em Portugal*. Pôrto. 1895, pág. 46.

(42). — Museu Machado de Castro. Galeria Romana, Sala I, n.º 28.

(43). — Idem — Sala III — n.º 6.

(44). — Idem — Sala III — n.º 13.

(45). — Felipe Simões — *Portugal Pitoresco*, vol. I, 1879, pág. 46.

(46). — *Chorographia* — fols. 48.

(47). — *Revista Estrangeira*, n.º 2. Outubro de 1853, pág. 48.

(48). — *Oppida Restituta* in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 5.ª série, pág. 76.

Vouga e Agueda (49) foram indicadas como as localidades que na época romana tiveram o nome de Aeminium. Com a descoberta em abril de 1888 (50) de uma lápide que servia de cantareira numa casa que foi demolida ao fundo da Couraça dos Apóstolos, junto do Colégio Novo (51), o problema deixou de subsistir, pois aí os habitantes de Aeminium deixaram gravada uma dedicatória a Constâncio Cloro.

Para realçar um pouco mais a informação que Plínio nos presta, forneçamos alguns dados da sua biografia, a fim de vermos que Aeminium já tinha uma razoável individualidade na época em que ele escreveu.

Caius Plinius Secundus nasceu sob o consulado de Caius Asininus Pollion e Caius Antistius Vetus, 776.^o ano de Roma ou seja, 23 da era cristã. A localidade onde nasceu é ignorada. Talvez em Verona ou em Como. Procedia de uma rica família, de grandes proprietários agrícolas, que pertenciam à aristocracia municipal. No ano 80, com 55 anos de idade, dedicou a sua *História Natural* a Tito, morrendo, trágicamente, um ano depois, quando da erupção do Vesúvio.

À nota da existência da cidade, Plínio acrescenta a de ela ser estipiendiária. Como é sabido, *stipendium* tinha, inicialmente, dois sentidos: soldo atribuído aos militares e espécie de imposto individual. As transformações económico-sociais deram aso a que fôsse considerado no sentido que o autor latino o aplicou — imposto lançado pelo vencedor sobre o vencido. Sempre que um povo, uma cidade, eram derrotados e aceitavam suportar as despesas que o vencedor fazia com as suas tropas, pagavam na tréguia imediata à paz concertada o soldo às forças militares. Eis a origem do *stipendium* dado à prestação, verdadeira *victoriae praemium ac poena belli*. Posta a correr os quatro cantos do território no qual Roma tinha *imperium* ganhou outra significação e passou a ser sinónimo de taxa imposta aos provinciais como sinal da propriedade de Roma sobre o novo *ager*. Idêntico a *tributum*, imposto direto, passou a usar-se, na época imperial, sem distinção, ora num, ora noutro caso (52). Há quem afirme (53) e, diga-se desde já, com fundamento — que o fato de Plínio citar trinta e seis cidades lusitanas como estipiendiárias, indica que elas ofereceram resistência ao invasor e que, após a conquista, se continuaram a regular pelas suas leis, mediante o pagamento do tributo estipulado aos vencedores, embora sob o domínio direto das autoridades provinciais

(49). — Diogo Mendes de Vasconcelos — *Scholia in quatuor libros Resendii*. Eborac. 1593, pág. 248-249.

(50). — Borges de Figueiredo — *Revista Archeológica*, vol. II, 1888, pág. 66.

(51). — António Correia — *Toponomia Coimbrã*, vol. I, 1945, pág. 1.

(52). — *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines* — dirigido por Daremberg e Saglio, 4.^o vol., 2.^a parte, pág. 1512.

(53). — Torquato Sousa Soares — *Apontamentos para o Estudo da Origem das Instituições Municipais Portuguesas*. Lisboa, 1931, pág. 20.

dêstes. E apesar delas serem consideradas *urbes exterae*, a influência romana é notabilíssima (54). Outra referência também notável é aquela que o Itinerário de Antonino, o *imperator Caesar Marcus Aurelius Antoninus*, fornece. Ao enumerar a estrada de Lisboa a Braga (55) cita, adiante de Conimbriga (Condeixa-a-Velha), a localidade de Aeminium. O *Itinerarium*, que se compunha de 34 vias militares (56), assinalava, desde o lugar de partida até ao ponto de chegada, por sucessivas estações, as estradas do Império, registando as respectivas cifras que separavam tais povoações.

Ao que parece a sua organização data de Caracala (198-217) (57), mas o texto que nos resta foi-nos transmitido através de cópias de códices dos séculos VIII a XV, sendo os mais antigos os de Vindobonense e o Escoriabense, ambos daquele primeiro século. Num passo adiante faremos mais detalhadas referências ao Itinerário.

As notas de Estrabão, de Ptolomeu, e de Mela, relativas a Aeminium têm um interesse reduzido, pois se limitam a falar do rio, chamando-lhe o primeiro Muliades, o segundo, contemporâneo de Antonino, apelida-o de Monde e o terceiro denomina-o Munda.

Não se conhece, no entanto, mais nenhuma informação literária de autores romanos, que possua interesse notório sobre o ponto que vimos tratando. Façamos agora dos epígrafes encontrados, que nos fornecerão notícias bem mais curiosas (58).

c). — NOTÍCIAS ARQUEOLÓGICAS

Quando se procedia à demolição de parte do antigo Castelo, que há pouco teve o seu fim, descobriu-se, em 7 de agosto de 1773, uma lápide sepulcral da época romana (59) que se supõe ser pertença de uma hetaira, pois nem há referência a qualquer laço familiar, nem há outra indicação, por mais simples que possa ser. Ora uma mulher nestas condições devia ser uma prostituta. Admitindo, como adiante tentaremos provar com maior soma de argumentos, que Aeminium era um centro magnífico da linha de penetração Lisboa-Braga, não nos é difícil imaginar a função que teria uma mulher destas em tal ponto, nos primeiros tempos da era atual. Lembremo-nos, a propósito, de um relêvo de Aesermia que representa um viajante no momento de abalar, segurando a rédea da

(54). — Pujol — *Historia de las Instituciones Sociales de España Goda*, vol. I, pág. 160.

(55). — Vergílio Correia — *Ob. cit.*, vol. I, pág. 242.

(56). — José Ramon Melida — *Historia de España*, dirigida por Menéndez Pidal, vol. II, pág. 567.

(57). — F. Alves Pereira — *Memórias da Academia de Ciências*. Classe de Letras, tomo III. 1937, pág. 33.

(58). — E. Hubner — *La Arqueologia en España*, pág. 23 e *Notícias Arqueológicas de Portugal*, pág. 95.

(59). — Museu Machado de Castro. Galeria Romana. Sala I, n.º 9.

mula que o há-de conduzir e, simultâneamente, fazendo contas com a hospedeira. Ao lado do vinho, do pão, do *pulmentarium* e do feno para o animal há esta frase: *Puellam: asses acto-Et hoc convenit*. Chrysis devia ter, no entanto, alguém que não se esquecera da sua pessoa ou então ela não pertencia às meretrizes de baixa condição. Seria talvez daquelas para as quais *strupum non committitur* e vivia sob a proteção de um marido complacente. Seja como fôr, o certo é que uma lápide ficou a assinalar o seu passamento (60).

Na mesma data e em análogas condições, foi encontrado uma caixa cinerária (61) cujos caracteres apresentam uma rudeza bastante maior do que a anterior, mas, como aquela, atribuível ao primeiro século da nossa éra. Hubner, que transcreve a epígrafe (62) não propõe a restauração da primeira linha que Borges de Figueiredo (63) leu assim: ... (*Dec(imus?) Publicius Gent (iamus)*); posteriormente êste autor fêz uma outra correcção (64) que também não se pode aceitar como conveniente.

Ainda no Castelo, e na mesma data, terceira notícia: uma cupa funerária (65) foi achada. A pureza da língua é notável e o desenho dos caracteres revela apuro do lapicida, que não viveu longe do período áureo de Roma.

Estas três lápides funerárias levaram o malgrado professor Virgílio Correia (66) a aventar a hipótese de que clas tivessem assento num cemitério que se estenderia pelas encostas de S. Bento e Jardim Botânico. E como a legislação em vigôr, continua o mesmo autor, não permitia a sepultura no recinto da cidade, êstes monumentos funerários estavam dispostos ao longo da estrada, logo a seguir aos muros, no caso dêstes terem sido erguidos.

Mais para baixo do Castelo, ao demolir-se, em 1878, uma parte da muralha do Arco da Traição, surgiram outras três inscrições, um recipiente funerário anepígrafo e um capitel de pilastra (67). A primeira é um cipo sepulcral prismático, tendo as faces laterais adornadas com objetos simbólicos que devem dizer respeito às funções de Cádio Cariano ou então às de quem mandou elevar o monumento, o pai do morto, Alleicea Avita (68). A segunda (69),

(60). — Como nota interessante desta lápide há a forma do seu Y. É sabido que esta letra, tal como Z, só aparece no alfabeto de Roma nos séculos II e I a. C. Ora o lapicida de Chrysis, ao escrever aquela letra, fê-lo com menos elegância do que as outras o que revela pouca precisão na sua traça. Podemos, pois, concluir que a lápide da hetaira de Aeminiun está ainda muito próxima dos tempos anteriores a Cristo.

(61). — Museu Machado de Castro. Galeria Romana. Sala I, n.º 14.

(62). — *Corpus Inscriptionem Latinarum*. vol. II, n.º 394.

(63). — *Revista Archeológica*, vol. II, 1888, pág. 109.

(64). — *Revista citada*, vol. III, pág. 183.

(65). — Museu Machado de Castro. Galeria Romana. Sala II, n.º 8.

(66). — *Coimbra Romana* — Biblos. 1930, pág. 620.

(67). — Museu Machado de Castro. Galeria Romana. Sala II, n.º 9; A. Carnoy — *Le latin d'Espagne*. Louvain. 1903, pág. 40, afirma que Alleicea é um nome ibérico.

(68). — Borges de Figueiredo — *Revista Archeológica*, vol. II, 1888, pág. 126.

(69). — Museu Machado de Castro. Galeria Romana. Sala II, n.º 2.

é uma caixa cinerária, cujos caracteres indicam “como a região de Coimbra se assinalava já no começo da era atual, pelo trabalho dos seus canteiros”, embora não se deixe de notar uma maior rudeza de forma do que na epígrafe de Chrysis. Quanto à caixa cinerária anepígrafa (70), além de ser mais uma prova em favor da existência do cemitério, reforça a importância atribuída a esta localidade na época romana (71).

Na muralha, junto ao Arco da Traição, em 1941, foi encontrada nova cupa funerária de idêntica época das anteriores e um capitel de pilastra (72), o que nos leva a supor o grau de desenvolvimento da cidade e nos permite conjecturar estarmos perante uma das saídas da cidade (73). Terreiro do Castelo e Arco da Traição seriam as entradas do ângulo sudeste. Aqui viria dar também o aqueduto que fornecia a água para o abastecimento da população de Aeminium. A lápide, que no ano de 1570 D. Sebastião mandou colocar no aqueduto restaurado, deixa antever a sua possível fundação na época romana, quando afirma “mandou reedificar de novo todo aquele aqueduto mais nobremente do que fôra feito havia muitos anos como consta pelo rasto que é todo dêle se achou coberto de árvores e pelos furos do penedo atrás e do monte da cidade que se acharão do qual com a toga velhice do tipo e grande descuido dos homens não havia memória” (74). E sem excesso de imaginação, podemos dizer que o aqueduto levava a água dos arredores para a Coimbra romana (75). Em apóio desta opinião, vêm-se ainda hoje alguns materiais de construção romana empregados no vasto aqueduto conhecido por Arcos do Jardim.

Se atendermos que a crista que os Arcos do Jardim seguem é a linha de penetração da cidade e divisória dos dois grandes sulcos — o Jardim Botânico e a Avenida Sá da Bandeira — no meio dos quais a Aeminium se edificou, mais fácil nos é explicar a importância do castelo e Arco da Traição, como pontos naturais de acesso e, necessariamente, locais mais densamente povoados, com maior número de construções.

Deixando o esporão sudoeste da cidade de que adiante trataremos ao falarmos da estrada de Lisboa a Braga, vamos encontrar no lado setentrional, num ponto homólogo ao daquele, novos achados de alto interesse. Entre êles sobressai a lápide que permitiu acabar de vez, com a questão que há longo tempo se arrastava sem que o valor da sua incógnita fôsse tirado. Ao fundo da Courega dos Apóstolos, rebordando o cômodo citadino pelo setentrião,

(70). — Idem. Sala I, n.º 17.

(71). — Idem. Sala II, n.º 13.

(72). — Ibidem.

(73). — Vergílio Correia — *Ob. cit.*, pág. 264.

(74). — Borges de Figueiredo — *Oppida Restituta*, in *Boletim da Sociedade de Geografia*, série 5.ª, pág. 86.

(75). — Vergílio Correia — *Ob. cit.*, pág. 635.

quando se demolia uma casa, instalada junto das torres antigas da cerca, topou-se com a lápide (76).

Aproximando êste achado de dimensões razoáveis e de caracteres já da decadência, com a disposição topográfica, verificaremos que a entrada pela parte norte só era acessível por êste ponto que iria encontrar a linha do talvegue na atual Fonte Nova (77).

Na provável periferia de Aeminium nada mais de valor arqueológico encontramos.

As referências aos banhos reais (78), feitos em vários documentos, levaram Vergílio Correia (79) a lançar hipótese de que êles tenham sido termas romanas situadas extra-muros. A haver termas em Aeminium, elas só se poderiam encontrar neste ponto, pois o vale de Santa Cruz era a maior bacia de recepção pluviosa que se encontra junto dos muros da cidade medieval. Nas cabeceiras êste vale possui também uma série de nascentes, Fontes da Rainha, na parte de trás da Penitenciária, da Nogueira e mais abaixo a Fonte Nova e a do Claustro da própria igreja de Santa Cruz que constituiriam o conjunto abastecedor, regular e constante, das termas (80). Também para lá dos muros de Aeminium se abriria um terreiro, primeiro plano que se seguiria, na direção ponte, ao acidentado morro calcáreo — a atual Praça Velha. As águas proviriam da parte alta da cidade, arrastariam consigo detritos que desceriam pela linha que vem do Castelo, Rego de Água, Sé Velha e Almedina e ir-se-iam acumular naquele local onde os romanos teriam estabelecido uma praça.

Sensivelmente descaída para nordeste encontra-se adentro da cintura de muralhas medievais, uma das maiores, senão a maior obra de arquitetura, que resta dêsse tempo, em Portugal (81). O Museu Machado de Castro, antiga residência do Bispo de Coimbra, assenta sobre galerias sobrepostas do século III da nossa era. No nascente há as partes terminais, dispostas em tabuleiros paralelos ao Largo da Feira. De norte e sul as paredes laterais seguem a diferença entre a parte superior e a inferior, virada para o nascente, sendo o desnível de cerca de 15 metros. São dois andares abobadados. O inferior abre-se por um tunel de silharia regular,

(76). — Museu Machado de Castro. Galeria Romana, Sala III, n.º 14.

(77). — Caesar a 1 de março de 293, Augustus em 305, quando da abdição de Diocleciano.

(78). — A. Nogueira Gonçalves — *Evocação da obra dos canteiros medievais de Coimbra*. Coimbra, 1944, pág. 28.

(79). — A. E. Reuter — *Chancelarias medievais portuguesas*, vol. I, 1938, pág. 42, documento n.º 3. Carta da Doação do arcediogo D. Telo; Rocha Madhail — *ob. cit.*, pág. 524. Doação do Bispo D. Gonçalo e dos cônegos da Sé a D. Archaldo de uma horta; Jorge Hugo Pires de Lima — *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no século XII*. Congresso do Mundo Português. Publicações, vol. II. Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de História Medieval, pág. 454. Em 1174 o Mosteiro de Santa Cruz comprou casas nos arredores de Coimbra junto à torrente dos Banhos, em Monte Rubeo; Vergílio Correia, *Coimbra — Arquitectura em Coimbra*, vol. I, 1946, pág. 56.

(80). — Nogueira Gonçalves — *ob. cit.*

(81). — Vergílio Correia — *Coimbra Romana*. Biblos, 1930, pág. 634.

cuja abóbada se compõe de grandes tijolos. Sete cárceres de mais de 4 metros de altura vão ali desembocar e comunicando, lateralmente, por agulheiros e suas abóbadas são de silhares pouco espessos, separados por grossos leitos de argamassa. As galerias superiores seguem, ao contrário das inferiores, de poente para nascente e dispõem de uma silharia média e tijolo. Qual o fim desta magnífica construção?

Vergílio Correia (82) pergunta se não seria o pretório ou o palácio do governador, ou um teatro ou ainda se serviria tão sòmente para o basamento do tabuleiro do *forum* da cidade.

O *podium* que aqui se ergueu não teria outro interêsse histórico senão aquêlê que revela uma poderosa construção civil. No entanto outros achados ali se fizeram de alto interêsse. Uma vóluta terminal de um capitel jônico ou compósito, tijolos de setor, de colunas, bases e capitêis de colunas, fragmentos de esculturas, mármore de boa qualidade e não da qualidade daquele que, por exemplo, se applicou no edificio burguês situado extra-muros, junto à porta principal de Conimbriga (83) na estrada que vinha de Sellium, três elementos já da decadência de um entablamento de um templo (84), foram encontrados na área que hoje o Museu Machado de Castro ocupa.

Uma tal quantidade de vestígios leva-nos a dizer que o centro mais importante de Aeminium, já pela beleza e cuidado dos achados, já pelo seu elevado número, era neste ponto. Aqui se devia estabelecer um intenso comércio econômico e intelectual. Reunião das pessoas gradas de Aeminium, o *forum*, tal como nas cidades provinciais — uma Timgad, por exemplo, no Norte de África; era o centro da vida política e era aqui que o governador do *conventus* faria as suas convocações e os *rostris* não faltariam também, a fim de fazerem as comunicações mais importantes. Daqui se profeririam os elogios fúnebres de um Juli Materni (85), cujo corpo depois de repousar um instante no *forum*, seria levado para o cemitério no lado de lá da encosta sul. Os sacrificios seriam também aqui praticados e a ara seria aquela que se atribui, embora sem argumento decisivo, a Aeminium (86). Tal como em Pompéia, no *forum* de Aeminium os pobres, conduzidos por qualquer animal, pediriam esmola, os comerciantes venderiam os seus tecidos, os seus panos, das *villae rusticae*, no redor das cidades onde as classes mais elevadas viviam, viriam os escravos e os homens livres com frutas e os produtos da terra, uns seus, outros pertença de senhores abastados (87).

(82). — Ob. cit. — pág. 634.

(83). — Museu Machado de Castro. Galeria Romana. Sala III, n.º 2.

(84). — Idem. Sala III, n.º 13.

(85). — Idem. Sala II, n.º 6.

(86). — Idem. Sala III, n.º 12.

(87). — Vergílio Correia. — *Notas Arqueológicas e Etnográficas do Concelho de Coimbra*. Biblos. Tomo I. 1940, pág. 124.

Quanto ao ponto de fundação do *forum* numa colônia militar ou numa simples colônia, era a intercessão das duas linhas principais — *cardo maximus* e *decumanus maximus*. Na Aeminium, porém, este caso não se devia verificar, em virtude de já ser habitada antes dos romanos aqui chegarem. O seu nome assim o leva a supor (88), e Borges de Figueiredo (89) julga que foram os celtas os seus fundadores, pois que da mesma forma que em Herminius, composto de duas palavras célticas — *ar*, partícula aumentativa e *meneia*, elevação, monte, eminência — aparece em Aeminium o mesmo tema que ficou como nome próprio. É a tradição assim o deixa afirmar (90).

Existindo um agregado populacional à data da ocupação romana, a cidade não podia ter uma traça clássica, tal como os romanos a costumavam executar. O *forum* não obedecendo ao cânone, erguer-se-ia no local que maiores condições naturais oferecesse. Elevação rugosa, recortada de linhas de escoamento, difícil seria achar um plano que possuísse os requisitos desejados para a instalação de um edifício, que corresponderia a uma necessidade premente dos grandes de Aeminium. Para a Idade Média, Nogueira Gonçalves (91) afirmou, após haver descrito em traços largos a direção das linhas de água do morro: “Encontram-se assim poucos espaços de pequena inclinação onde se pudessem estabelecer grandes edificios religiosos”. Ora, no período romano as condições topológicas seriam, sensivelmente, as mesmas. Se é certo que as construções quinhentistas e seiscentistas dos edificios do Colégio das Artes dos Jerônimos e da Companhia de Jesús e Largo da Feira, alteraram, em muito, a fisionomia da parte cimeira daquela linha de alturas, o plano de S. Salvador e de S. João de Almedina seria, ao tempo, uma espécie de descanso, que se estenderia para sul no início do declive que só pára na riba da atual Misericórdia. Para compensar, no caso, como assim aconteceu, de qualquer construção necessitar de ser prolongada para o meio dia, só havia o expediente, que os romanos adotaram, e que podia resultar. Assim se procedeu. É possível até que inicialmente o *forum* de Aeminium ocupasse uma pequena área. No entanto, com o desenvolvimento econômico da cidade, que era o ponto de encontro das várias linhas de penetração para o litoral e para o interior, como detalhadamente referiremos, o local onde os seus habitantes passavam parte do tempo, alargou-se, socorrendo-se, para isso, daquelas duas

(88). — Amadeu Ferraz de Carvalho — *Toponomia de Coimbra e arredores*. Coletânea do O INSTITUTO à memória de Simões de Castro.

(89). — in *Coimbra antiga e moderna*, pág. 256 e *Arqueologia nos “Lusiadas”*. Revista Archeologica, vol. IV, 1890, pág. 69; A. Cornoy — *Le latin d’Espagne*. Louvain. 1903, pág. 41, diz que os grupos de sons, *ea*, *eai*, *eia*, *eao*, *eio*, são frequentes nas inscrições ibéricas da Lusitânia em caracteres latinos.

(90). — P. António Carvalho da Costa — *Corografia Portuguesa*. Tomo II, 1708, pág. 4.

(91). — *Ob. cit.*

ordens de arcaria. O *forum* estendeu-se graças, pois, à importância de Aeminium que passou a ter no seu seio uma burocracia bem patente, conforme nos dizem as lápides de G. Juli Mate e de Cádio Cadiano, ambas adornadas nas faces laterais com insígnias referentes à ordem dos escribas. Além disto, a antiguidade de S. João de Almedina, onde estiveram as sepulturas de D. Paterno e de D. Crescônio e onde, na parte oriental, um rico proprietário de nome Zoleima Aflali e sua mulher venderam (92), em 1083, um cerrado, atesta bem que o local possuía condições para aqui ser instalado o *forum*. De resto, tôdas as indicações ao local, prosteriores à ocupação romana, nos querem dizer apenas que aqui se instalou o principal núcleo da que foi depois Coimbra.

d). — ESTRADA DE LISBOA A BRAGA

A estrada que se lançara de Olisipo, o município com direito romano, a Bracara seguia um trajeto cujos pontos principais eram *Jerabriga*, talvez entre Vila Franca e Alenquer, *Scallabis* (93), teríamos depois *Sellium* e, passando ao lado do importante centro metalúrgico, que seria *Collippo* (94), encontraríamos a primeira cidade com o sufixo *briga* (95) que indica a origem céltica. Adiante topariamos com *Aeminium* donde se dirigia para ainda hoje misteriosa *Talabriga*. Como ela seguiria sempre a linha mais curta, evitando, no entanto, os grandes acidentes hidro-orográficos, tocaria, à saída de Aeminium, na Mealhada, passaria perto da atual Anadia, nas abas do Monte de Castro, Agueda, junto de outro

(92). — Este Zoleima Aflah, cujo nome é moçárabe, vendeu nesta data a propriedade referida e outra abaixo da igreja de S. Maria. Possuía ainda no Arnado mais propriedades.

(93). — Augusto Botelho da Costa Veiga — *A via romana de Lisboa-Alter-Mérida*. Separata do 5.º vol. Trabalho da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, 1941, pág. 25, diz que Scalabis talvez não fôsse na atual cidade de Santarém, pois fazendo-se os cálculos itinerários a partir de Conimbriga, ponto bem determinado, verifica-se que Scalabis se deve encontrar ao norte da atual sede da província do Ribatejo.

Outra hipótese sugere, porém: a indicação quilométrica do "Itinerarium" está errada. A aceitar-se a primeira hipótese, *Scallabis* localizar-se-ia a uns 3 quilómetros ao norte de Alcainhões.

(94). — John Martin — *Nascucos do Arnal*. O Arqueólogo Português, vol. VII, pág. 314. A cidade era regida por um proconsul. Aí exerceu-se certa atividade mineira, de que os produtos extraídos, manufaturados no local, provinham dos territórios adjacentes. As fornalhas de fundição, construídas em muitos pontos, desde Porto de Moz até Leiria e nas imediações leste e oeste, deviam produzir bastante. Por vezes, há se encontrado nos depósitos de escórias, alguns pedaços de metal em barras de 6 cm. de comprimento por 40 de largura e 3 de espessura.

O ferro encontra-se aí, como é sabido, no ponto de contato entre o jurássico e o sub-cretácico. A casa romana que foi descoberta no Arnal, a Collipo, seria ou de um proconsul ou então residência do superintendente dos trabalhos mineiros.

(95). — Leite de Vasconcelos — *Excursão archeologica a Alcacer do Sal*, in O Archeologo Português, 1.º vol., pág. 83. A palavra significa altura fortificada e foi substituída pelo latino *castrum* que deu em português *castro*; Jubainville — *Les premiers habitants de l'Europe*, 2.ª Ed., tomo II, pág. 263, emite idêntico parecer que é também seguido por Garcia Bellido, ob. cit., pág. 79, nota 83.

Castro (96). Nas margens do Vouga, na aldeia do mesmo nome: dêste rio, há um morro que fôra igualmente castro e Vacca estava situada em boa posição natural entre as pontes do Vouga e do Marnel. E daqui até Cale não faltariam também minas de metais vários. Os vestígios, neste capítulo, que maior interêsse podem ter para identificação que vamos estabelecendo — a estrada a acompanhar a linha de povoações pré-romanas e ao mesmo tempo artéria por onde se carreariam os minérios e por onde circulariam as hostes policiais de Roma e os seus burocratas — acham-se na antiga lavra da Mealhada, uma das concessões das minas do Braçal (97). As madeiras de estivação que aí foram encontradas apresentam uma tal antiguidade que parecem fossilizadas, em consequência da côr que adquiriram. Os trabalhos, no periodo romano, atingiram quarenta e cinco metros de profundidade (98). Após a via haver evitado a difficil passagem do delta do Vouga, onde falta a pedra, e haver, talvez, saído de Talabriga, a possível Branca (99), dirigia-se para Langobriga a M.P. XVIII, ou seja, 26.658 metros, e, por fim, antes do Durius, faria alto em Cale, M.P. XII para o norte. Daqui orientar-se-ia para S. Mamede de Infesta até aos campos da Maia. Na primeira daquelas localidades procurou Cappella (100) um marco miliário de Adriano (117-138) que servia de pedestal a uma cruz junto a uma quinta, em Boaventura. Mas o monumento itinerário fôra levado para um cemitério e convenientemente adelgaçado para melhor servir à sua nova função. Em S. Pedro de Avioso, já em marcha decidida para o norte, novo-marco se topou mas quase sem letras e estas intraduzíveis. Na Carriça, quinta do Paiço, encontrou-se outro marco de Adriano (101) do ano de 134 ou 135.

Na Trofa Velha, dois marcos, um (102) de Licínio, (307-323), outro (103) de Constante (333-350). A via passaria o Ave na ponte de Alagoncinha ou no vau em frente de S. Tiago de Bougado e atingiria S. Martinho de Bougado para atravessar a freguesia de Lousado. Na capela de S. Estevão e em Antar devia passar a via e, mais adiante, antes da Igreja de Cabeçudos, encontrou-se um de Caracala (198-217) no terreiro da residência paroquial de S. Tiago de Antas. A estrada subiria então uma lomba e seguiria para Bracara cujo nome é de origem lusitana (104). A data do estabelecimento da via de Olisipo a Bracara é incerta. Os

-
- (96). — Abade José Domingues Arede — *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, pág. 28.
(97). — M. Capella — *Ob. Cit.*, pág. 47.
(98). — Severiano Monteiro e Augusto Barata — *Catálogo descritivo da Secção de Minas*, pág. 188.
(99). — Alves Pereira — *Geografia protohistórica da Lusitânia. Situação conjectural da Talabriga* in *O Archeologo Português*, vol. XII, pág. 129.
(100). — *Ob. cit.*, pág. 58.
(101). — Capella — *Ob. cit.*, pág. 132.
(102). — Capella — *Ob. cit.*, pág. 58 e 221.
(103). — Capella — *Ob. cit.*, pág. 226.
(104). — Leite de Vasconcelos — *O Archeologo Português*, vol. I, pág. 83.

marcos miliários que nos restam pertencem todos aos imperadores e datam da nossa éra. É certo que os mais antigos que se conhecem na Espanha não vão além de 8 a 7 a.C. (105).

Os marcos eram levantados à beira dos caminhos para no seu fuste ostentarem o imperador que abria a estrada ou a reparou. Eram, pois, monumentos que lembravam aos viandantes o que o senhor de Roma ordenara. E quando teriam sido erguidos? Augusto Cunha Brandão (106) afirma que a estrada que passava por Rubiães, de Bracara para Astúrica, indo por Limia, Tude, deveria ter sido rasgada entre 100 a 50 a.C. e os marcos miliários do primeiro imperador querem indicar que a via foi reparada e não construída.

A única indicação miliária que Aeminium possui é um marco de Calígula que foi encontrado nas ruínas do antigo Castelo de Coimbra, quando no seu recinto se pretendeu erguer um observatório astronômico pelo cuidado do bispo D. Francisco de Lemos, reitor reformador da Universidade. O marco está na sala III da galeria romana do Museu Machado de Castro, onde tem o n.º 17 (107) e reza assim: "Caesar. Divi / Aug. Pron. Aug. / Pont. Max. Prib. / Pot. III Cos. Desig. / P. P. / M. IIII." Aires de Campos leu: "Caesar, Divi Augusti Prompos Augustus, Pontifex Maximus, Tribunitia Potestate, tertium Consul designatus, Pater Patriae, Magister IIII", o que não corresponde à verdade, pois estamos perante um marco miliário e m. IIII quer dizer *millia IIII*. Hubner atribui êste marco a Calígula (108) reconhecendo-lhe semelhanças com aquêlê que foi achado na Mealhada. O marco que foi encontrado no terreiro do Castelo reveste-se para nós de alta importância, pois permite-nos asseverar que Coimbra, no período romano, foi ponto de passagem da estrada de Lisboa a Braga. É uma prova mais a juntar às outras (109). No entanto, uma questão surge: a numeração está estabelecida a partir de que localidade? De Conimbriga? Ou da Mealhada? Ou seria o marco proveniente de qualquer parte e viesse ter àquêlê ponto por um motivo ignorado? A numeração é explícita: M. IIII, quatro milhares. De Conimbriga a Aeminium o Itenerarium indica 10 milhares de distância. A contagem de Talabriga a Aeminium fazia-se, no sentido inverso, isto é, de norte para sul e o próprio marco achado a 630 metros da Mealhada assinala XII passos. Quanto à possibilidade do marco ser trazido para Coimbra de outro lado, não parece

(105). — Leite de Vasconcelos — *História das Religiões*, vol. III, pág. 182, nota 2.

(106). — Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architetos civis e archeologos portugueses, tomo X, 4.ª série, n.º 9, pág. 463.

(107). — Aires de Campos em *Apontamentos históricos de Coimbra*. O Instituto. Vol. X, 1861, pág. 219, não o reconheceu como marco miliário; Simões de Castro — *Exposição distrital da Industria Agricola e Fabril e de archeologia promovida pela Associação dos Artistas de Coimbra*, 1869, pág. 255.

(108). — C. I. L. — *Inscriptiones Hispaniae Latinae*, vol. II, 4639.

(109). — E. Hubner — *Noticias arqueológicas de Portugal*, 1871, pág. 59.

provável, pois êle tem oitenta e dois centímetros de altura e o seu diâmetro é de quarenta e três centímetros. Com tal volume e com o pêso correspondente não parece natural que êle haja sido arrastado para Aeminium no sentido de servir a qualquer construção. Raro é que tenha assim sucedido. Não se pode compreender como tenha havido tanta canseira apenas para conduzir uma pedra tão pesada e sem que a construção a justificasse. A dúvida, apesar de tudo, persiste: a partir de que ponto se deve entender a marcação? E não se pode fazer uma afirmação segura. Lembremo-nos, porém, que a Aeminium deviam chegar outras estradas, como mais adiante teremos ocasião de ver. E sendo assim, o marco encontrado no Castelo podia ser referido a uma das localidades da vizinhança de Aeminium, localidade essa que não estaria na via Olisipo-Bracara. Note-se, mesmo assim, que os marcos do Castelo e da Mealhada mostram muitas semelhanças, o que talvez queira dizer que a sua distância, no tempo, não deve ser muito grande (110).

Outras referências à estrada não se topam junto de Coimbra (111). Relativamente à técnica empregada na construção da via não devia ser o cânone clássico o seguido. Em boa verdade afirma-se que este é o da via de Roma a Cápua, a via Apia. A *regina viarum* teria uma caixa na plataforma inferior, a base, que seria composta de cimento e de pedras grandes, o chamado *statumen*; o *nucleus*, areia grossa, ficaria logo por cima da parte superior, em pedrada ou de cascalho ou ainda de cimento era a *summa crusta*, resistente couraça que aguentava bem o duro rodar das viaturas, desde a *rheda* até à *carruca dormitoria* e à simples *carruca*. Neste ponto distante da capital do Mundo a estrada não teria os primores nem os requisitos técnicos das que saíam diretamente de Roma. A menor intensidade de tráfego e as maiores dificuldades naturalmente aparecidas, tomariam o *caminho de ronda* (112) menos cuidado (113).

e). — OUTRAS VIAS

De Aeminium partiriam, por certo, *outras vias* de menor importância, subsidiárias, quer para o interior, quer para o litoral.

(110). — A inscrição é a seguinte: SARDIVI/ Pon Aug/ Max Trib/ Cos Desi/P.P. XII cuja tradução pode ser:

César filho de Divo Augusto, pontífice máximo, com poder tribunicio, cônsul eleito, pai da pátria, Milha XII.

(111). — Manuel Torres — *Historia de Hispania*. Menéndez Pidal, vol. II, pág. 347.

(112). — Capella — *Ob. cit.*, pág. 50.

(113). — O troço de via que temos à saída de Conimbriga para Sellium e a parte que passa junto à muralha e que segue para Coimbra nas ruínas daquela cidade romana, não parecem obedecer ao cânone clássico, embora revelem certo cuidado. No dia em que Conimbriga fôr objeto de um estudo mais aturado e que o malgrado Professor Vergílio Correia já iniciara, então algumas das dúvidas que hoje se levantam desaparecerão. Até lá, porém, temos de nos limitar a lançar hipóteses e a tatear terreno que é escorregadio.

Os despojos encontrados são insuficientes e não nos levam a conclusões seguras. Neste vasto terreno move-diço assinalaremos mais umas tantas hipóteses que aguardam decisão da história para ganharem o plano da certeza ou então se esfumarem sem deixar resquício. É-se concorde com um ou vários autores contemporâneos sobre a linha que penetraria até Viseu — outra placa giratória da Lusitânia. Segundo Amorim Girão (114), a estrada que sairia da atual capital da Beira Alta em direção a Aeminium pelo cimo da vila (115), ia a Repezes, onde há, na antiga capela de Santa Eulália, um alpendre apoiado em dois esteiros, que devem ter sido marcos miliários e hoje sem qualquer epigrafe por terem sido picados, e seguia a Faria, pelo Vale de Basteiros, onde a Ponte Pedrinha (116) sobre o rio Ansos daria, por ventura, passagem para Tondela. Na Idade Média memórias desta estrada ainda estão bem atestadas, dizendo-se num documento de 137 (117) que “illud caral quivenit de Tondella” na referência de uma carta de couto concedida por Afonso I às vilas de Santa Comba Dão, S. João de Areias, Oliveira de Currelos e Parada. Num outro documento anterior (118), de 974, alude-se a esta estrada em “Freixete (Freixede) ub est via antiqua”. Temos, apesar de quase sempre existir uma correspondência entre a via medieval e a romana, de fazer com cuidado esta identificação, pois há casos em que tal está longe da verdade (119). No entanto, para refôrço da analogia apontada enumerem-se outros documentos referentes a Coimbra e em que a tradição da estrada romana é bem viva. Ei-los: um de 1088 (120), no qual o D. Sesnando enumera as terras que concedeu a D. Paterno e ao localizar uma que fica para lá do Mondego, na Santa Clara de hoje, afirma: “Est in oriente publica via que dunit ad sanctarem”. O outro (121) é-lhe posterior, 1094. Quando o doador, Pelaquius Suarici, entrega uma quinta sua em Coselhas à Sé de Coimbra, nota: “Est habet ipsa villa iacentia iuxta illo ar-rugio de cosilias territorio colimbrice in occidentali parte est via que discurrit *ad sanctura romanum*”.

A estrada que viria de Viseu e que era a décima segunda que dali sairia, procuraria, como sempre aconteceu com os romanos na Lusitânia, posições já habitadas pelas populações da época do ferro.

Outro autor contemporâneo (122) indica que de Coimbra haveria uma estrada para a Guarda e acrescenta: “De Coimbra até

(114). — Viseu. Coimbra. 1925, pág. 19.

(115). — José Coelho — *Vias Romanas de Viseu* — in Associação portuguesa para o progresso das Ciências. IV Congresso. Tomo VIII. Pôrto. 1943, pág. 166.

(116). — Amorim Girão — *Loc. cit.*

(117). — *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomae et Chartae.*

(118). — *Idem.*

(119). — *Idem*, n.º DCC.

(120). — *Ibidem.*

(121). — *Idem* n.º DCCCVIII.

(122). — Fernandes Martins — *Ob. cit.*, pág. 156.

ão Alva não nos foi possível marcar-lhe o traçado, embora seja de presumir que não se afastasse muito do atual." Mas desde S. Martinho da Cortiça, e tanto quanto o permitem alguns vestígios, poderá dizer-se que até às proximidades de Vinhó, no concelho de Gouveia, seguia a diretriz da chamada *estrada da Beira*. Depois, aproximando-se mais da serra do que a via atual, passaria por Gouveia, seguiria a S. Paio, alcançaria Linhares e Prados, e, atingida Vila Cortez, atravessaria o Mondego e escalaria as alturas da Guarda, após passar pela estrada da Ramalhosa, onde se vê um traço em magnífico estado de conservação".

De Aeminium outras vias de menor importância deviam dimanar em disposição radial. Em cata da costa talvez partissem o *actus*, de 1,18 m. de largura, ou o *iter* para animais e peões, ou ainda o *semita*. Seja como fôr, é natural que desde o Cabo Mondego, tal como nos tempos pré-históricos, até S. João do Campo, pelo menos, a influência fôsse profunda, pois nem os dinários da família Vibia, de origem plebéia, faltam, nem a oeste de Buarcos se deixaram de encontrar *imbreces* e *tegulae*. Na própria Serra da Boa Viagem, em Pedras de Bandeira, os vasos de barro fino não estão ausentes e em Pardinheiros, já quando a montanha fita a perder de vista as dunas de Quiaios, Tocha, Mira e mais lá, Aveiro, telha e tijolo, o *later*, do período romano foram encontrados. Nas Alhadas um busto romano, de pedra, em tamanho natural, trabalho de período decadente, é certo, se topou igualmente. Galgado o Mondego, na sua foz, em Paião, ao sul do rio, no sítio da Lagoinha, telha e um *dolium* foram achados. Mais para montante dêste curso de água, em Reveles foi encontrada, a um metro de profundidade, a tampa (*operculum*) de um pequeno vaso de fino barro, cujas características deixam advinhar traça romana. Na Granja do Ulmeiro, de novo, a *imbrex* e a *tegula* aparecem. Mais para nascente, em Formoselha, telhões, telhas e tijolos curtos, espessos e levemente trapezoidais merecem a classificação de romanos, muito embora Alves Pereira não deixe de referi-los ao período medieval. Da outra banda do rio, Montemor-o-Velho foi centro romano de elevado relêvo, sobressaindo, entre os achados aí, magníficos pavimentos e uma enorme lápide — de calcário lhe chamou Leite de Vasconcelos (123). Os cognomes dela, *Cella* e *Scarus*, são raros, bem como *Cadius*, o que indicará uma possível influência estranha a Roma, influência talvez proveniente da população que vivia já na região, como a de Santa Olália. Os caracteres desta lápide que possui enormes dimensões (124) são bem talhadas e a sua moldura, que é rica, indica período do esplendor, estando dentro da época de Augusto.

(123). — *Inscrição Romana de Montemor-o-Velho* in O Archeologo Português, vol. XVIII, pág. 101.

(124). — Museu Machado de Castro. Galeria Romana. Sala n.º 4, altura 1,44 e largura 0,90.

Para o levante, Aeminium tinha também povoações de importância, que, de certo, transcendiam as simples *villae* e *vici* das suas vizinhanças (125). A lápide retangular de letras elegantes do século I que em Lorrvão (126) se descobriu assim o revela. Filhos da mesma mãe e não do mesmo pai, em virtude dos gentilícios de ferirem (*Valerius* e *Antonius*) seriam de condição livre pelos três nomes que apresentam, tal como já acontecera na lápide de Montemor-o-Velho.

Em Torre de Bera foram encontradas um capitel de ara (127) com as *cornuae* laterais cingidas por cordas e uma cabeça varonil de calcáreo (128), indicando ambas características de uma arte provincial.

Outro ponto que deve ser tido em consideração é o das minas da Serra da Lousã. Nas minas da Escadia-Grande, no termo da freguesia de Silvares, no concelho de Gois, descobriram-se desmontes e galerias antigas de um filão de sulfuretos arseno-argentíferos e em alguns nichos apareceram lucernas (129) nos hastiais das galerias, abertos 1,20 acima do solo e a 2 metros da distância. As lucernas não têm asas e só uma está intacta. A única que se encontra em bom estado possui um bico (*rostrum*) em ângulo obtuso e duas volutas laterais e na face superior (*Discus*) a Vitória alada, sendo talvez a mais fina e antiga das lucernas achadas no local e, possivelmente, de importação (130). A segunda lucerna é, porém, rude, de barro avermelhado e as dedadas são reconhecíveis. No fundo a figulina é irreconhecível, assemelhando-se a LHO. Na terceira, fraturada no *discus*, o bico é reduzido e as ornamentações são motivos geométricos. Pela periferia correm quatro animais que representam, talvez, galgos, como elementos, ao que parece, de larga aplicação decorativa (131). Esta lucerna pertence a uma época já adiantada, talvez seja da época cristã.

Quanto ao Mondego, não temos notícias positivas sobre a sua utilização como via fluvial. Do Tejo, afirma Estrabão (132): "O Tejo, cuja amplitude na sua foz é de 20 estádios, tem muita profundidade, podendo ser subido por grandes naves de transporte" e mais adiante (133) referindo-se ao Morendes e ao Ona Rana,

- (125). — Vergílio Correia — *Notas de Archeologia e Etnografia do concelho de Coimbra* — Biblos. Vol. XVI, tomo I. 1940, pág. 124; Paulo Merea — *Sobre as origens do concelho de Coimbra*, in *Revista Portuguesa de História*, vol. I, 1941, pág. 50.
- (126). — Leite de Vasconcelos — *Inscrição romana de Lorrvão* in *O Archeologo Português*, vol. XIX, pág. 365.
- (127). — Museu Machado de Castro. Galeria Romana. Sala I, n.º 25.
- (128). — Idem. Sala III, n.º 11.
- (129). — Carlos Teixeira — *Minas Romanas da Serra da Lousã*. Extrato do fascículo III - IV, vol. X — dos *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia*.
- (130). — Vergílio Correia — *Antiquidades de Armes* in *O Archeologo Português*, vol. XVIII, pág. 172.
- (131). — Veja-se o mosaico da casa burguesa na parte exterior da muralha de Conimbriga.
- (132). — *Ob. cit.*, I, III, I.
- (133). — *Ob. cit.*, III, 3, 4.

informa: “navegáveis só em curto trecho”. Apesar de uma informação tão escassa, a sugestão não é descabida — o Mondego até Coimbra teria um certo tráfego. E se nos lembrarmos que na Idade Média êle foi um precioso veículo da atividade mercantil, então menos nos repugnará aceitar a hipótese dêste rio ter sido o traço de união entre o litoral, onde à influência romana é notória, e o interior (134). Além disso, acrescentemos que em tempos proto-históricos o rio constituiu uma força criadora, deixada antever pelo sufixo adjetival de *Mondaecus* (135). Sendo assim, verificaremos, uma vez mais, que a vida dos povos que habitavam nas suas margens, dependia em larga medida dêste curso d’água que lhes fornecia, para lá da pesca, os produtos oriundos de outras regiões.

f). — SUA POSIÇÃO

Aeminium, chave por excelência de tôda uma região, só aparece na história, no período romano, como ponto de cruzamento de várias estradas. E se acaso, não podemos estabelecer, definitivamente, esta hipótese, uma certeza nos resta: Aeminium só ganhou esporas de cidadania, de centro relativamente importante com os romanos, quando a estrada que êstes lançaram, na sua penetração para o norte, a atingiu. Até aí, foi um simples agregado. Depois, com a estrada, ganhou valor. Pelo que vimos até aqui, tudo nela parece obedecer a um imperativo: a estrada. E graças à estrada ergueu-se uma estrutura social e econômica bem típica, que obedeceu àquela. Não se pode, com certeza, determinar o dia do nascimento de Aeminium (136), pois não temos o *decumanus* para o comparar com o Oriente médio. De resto a cidade não devia ter sido determinada com a série de praxes e de regras que presidiam à fundação de uma nova cidade romana. É da tradição enumerarem-se quatro operações que constituíam o ritual da criação de um agregado habitacional, imposto pelas necessidades de ordem vária. Eram elas: a *inauguração* que consistia em o *augure*, após ter consultado os presságios, determinar, no solo o espaço quadrado ou o *templum*, que corresponde ao território urbano, cujos limites eram marcados por um traço feito com uma charrua de bronze; a *limitação*, que era dupla: a determinação dos limites exteriores e interiores da cidade. O fim da limitação exterior era fixar o espaço onde os magistrados tinham o direito de consultar os auspícios e onde era proibido enterrar os mortos e onde os deuses estrangeiros não podiam penetrar. A linha que fazia esta divisão recebeu o nome de *pomerium* e nas cidades provinciais costumava ser subs-

(134). — *Monarquia Lusitana*, parte V, livro XVI, cap. XII.

(135). — Leite de Vasconcelos — *Superstições de rios encarados genéticamente* in *Revista Lusitania*, vol. XXIX, 1931, pág. 87, nota.

(136). — Brendisi foi fundada em 5 de agosto; Pierre Lavedan — *Histoire de l'urbanisme*, vol. I. Paris. 1926, pág. 182.

tuitida por arcos do triunfo, no local em que a via franqueava a cidade. A delimitação interna, muito menos conhecida, possuía um princípio essencial: a divisão do solo em dois eixos perpendiculares, o *decumanus maximus* e o *cardo maximus*, donde se obtiveram quatro zonas, pois o *decumanus* separava a *regio senistrate* ou *sitrata* da região *postica* ou *ultrata*. Por sua vez, cada uma destas partes é ainda subdividida por vias secundárias paralelas às duas primeiras, operação que era feita pela *groma*. O *decumanus* tinha uma largura teórica de quarenta pés, a *cardo*, 20, e as outras mais tinham ainda menor largura. As duas ruas principais levavam a quatro portas. Em teoria era assim que se procedia. Na prática, porém, quando a natureza do solo não o permitia, o rigor do desenho deixava muito a desejar; a orientação era indicada como a direção do este equinocial ou médio, que era chamada *ratio* primitiva. Penetra no *capio* e segue um exato traçado norte-sul e todo o conjunto se encontra com os pontos cardeais. Esta alterou-se e seguiu-se o ponto onde se erguia ou se deitava, ou melhor, substituiu-se o Oriente pelo Oriente-Médio. Por último, tínhamos a quarta operação: a *consagração*, que consistiria em orações e sacrifícios para que os deuses fôsem prósperos às cidades. Quanto a Aeminium, não se observariam estas regras, pois a localidade já existiria antes da ocupação romana. Tôdas as indicações que Vitrúvio preconizava para que uma cidade fôsse higiênica, cômoda e bela, não tiveram aqui observância. Se bela o foi, deve-o mais às condições naturais — e em certa medida sociais; o ser já agregado populacional pré-romano — que eram favoráveis à passagem de uma estrada do que ao sentido estético dos seus fundadores, que não foram, por certo, filhos de Roma.

g). — DESENVOLVIMENTO POSTERIOR À PASSAGEM
DA ESTRADA

Donde proveio o maior desenvolvimento da cidade depois que a estrada por aqui passou?

Uma necessidade tripla assim o reclamou: a técnica, a militar e a física, exigiam que de tantas em tantas milhas conforme a dificuldade da marcha e o acidentado do terreno, fôsse estabelecida a "Mansione", local aonde se podiam recolher aquêles que iam em viagem. Ora Aeminium, como tôdas as localidades de certa importância (137), devia possuir, pelo menos, uma hospedaria semelhante aquela que hoje se vê a sul do arco do aqueduto que de Alcabideque levava água para Conimbriga. No volver e revolver da vida citadina, os restos que além se podem encontrar em

(137). — Friedlaender — *Moeurs Romaines du Regne d'Auguste à la fin des Antonins*, vol. II. Paris, 1867 — pág. 359.

muito bom estado para uma observação cuidada e sistemática que só a Parca não deixou levar a completo t rmo ao desditoso Vergílio Correia, aqui, em Aeminium, não passa de mera hipótese, mais filha de uma conjectura com tôdas as probabilidades de certeza, do que da certeza científica.

Prossequindo nesta senda, novo elemento se vem juntar, a fim de ser reforçada a nossa hipótese: a distância que separa Aeminium de Talabriga levaria o viandante a ter bem presente a idéia de ir descançar na *mansione* da localidade próxima. Em viagem rápida, aconselhava-se o cavalo. Os ricos, ao deslocarem-se, levariam escravos consigo e não se serviriam da *mansione*, acanhada para sua comitiva, e acolher-se-iam no seio da cidade até que a manhã rompesse. Tropas passariam igualmente por Aeminium. Negociantes afluiriam a ela, vindos de vários lados. Certamente os minerais que o capataz, de grandes tenazes e lanterna, faria arrancar das entranhas da serra da Louz  aos escravos, de torso e pernas nuas, cingindo aos quadris uma t nica e amplo cinturão de couro (138), também afluiriam   cidade do Mondego a fim de em seguida, serem levados para outras bandas. Do litoral, além de outros produtos, o sal não deixaria de vir da *corte*, dividida em talhos e explorada, possivelmente, por concessionários que a haviam alugado ao representante do Imperador (139). O correio do Estado teria aqui um dos nós da sua vasta r de e as suas viagens far-se-iam, talvez,   média de cinco milhas por hora (140) e êsse serviço — o mais rápido do tempo — seria utilizado pelos burocratas romanos e por todo aquêle que obtivesse uma autoriza o especial para isso. Além da lápide a Chrysis, temos outro vestígio que nos pode derramar alguma luz sôbre o ponto que vimos versando: um possível arco romano no fundo da Couraça de Lisboa.

Felipe Simões (141), seguindo uma indica o de Gregório Br unio (142), que o coloca na encosta sobranceira ao rio, com esta nota: *Columnae antiquae romanorum*, apresenta a hipótese de ser um arco de triunfo erguido para glória de algum imperador ou general romano, ou de ser antes uma porta. Em favor desta última hipótese de que se orgulhava de ser o primeiro a apresentá-la, invocava razões de ordem vária: o fim da porta consistiria em ser a entrada principal para quem viesse de Conimbriga e aduz que a da colina onde tinha sido erguida a Aeminium deu, desde que o aglomerado atingiu certo desenvolvimento e os meios técnicos eram precários, uma disposi o característica às muralhas que defendessem ou limitassem. Ao concluir o seu pensamento, nesta primeira

(138). — Fragmento de um relêvo achado em Linares, Espanha.

(139). — Alberto Sampaio — *Estudos históricos e Econ micos. Póvoas Marítimas*, vol. I. 1923. Pôrto, pág. 266.

(140). — L. Friedlaender — *Ob. cit.*, pág. 349.

(141). — *Loc. cit.*, vol. I, pág. 30.

(142). — *Theatro das cidades*, livro 5, n.  4.

parte, o distinto conimbríologo, afirma que “não haverá erro provável em supor que a porta fôsse já em tempos dos romanos a entrada principal da cidade.”

Proseguindo na explanação do seu ponto de vista, salienta que não é crível que se escolhesse para levantar marco ou um outro monumento de fábrica valiosa a meio da ladeira, onde nem de nascente, nem de poente ou sueste se lhe poderia abrir praça por causa do declive. O arco teria até três colunas toscanas assentes sobre plintos e os arcos eram de volta circular. Quanto à tradição, uma lápide comemorativa de Sancho I afirma que a torre e a porta de Belcouce foram erguidas no ano de 1211. Documentos anteriores dão-nos já como existentes e ao próprio mosteiro de Santa Cruz, em 1195, foram entregues casas na porta de Alvacouz (143).

Seguindo um raciocínio idêntico àquêle que Virgílio Correia adotou (144), o cipo sepulcral (145) encontrado na Couraça de Lisboa em 1774 e os pedaços de revestimento do solo e paredes, de formigão, de *opus signinum*, e mós, tijolos e outros fragmentos, achados junto da Torre da Couraça de Lisboa e ofertados ao Museu Machado pela empresa do hotel que ali se pretendeu erguer, atestam bem a importância dêste ângulo do polígono onde a localidade surgiu. Olhando com atenção à topografia de Coimbra, verificar-se-á que êste seria o ponto mais acessível para atingir o cabeço onde estava o “podium” (146). Além disso, evitava-se a passagem pela zona baixa, no sopé da colina, sempre sob a ameaça de qualquer inundação. Um autor hodierno (147) afirma que “a construção da ponte romana, no único ponto de estreitamento entre as margens do Mondego, no seu curso inferior, marcando aquela o têrmo da navegação fluvial e a concentração dos caminhos terrestres, foi a causa da passagem de “oppidum” à cidade. Naturalmente, para dar seguimento à via de Lisboa a Braga, em Aeminium, por cima do Mondego, foi lançada, por certo, uma ponte. Hoje, no entanto, não há qualquer vestígio que nos indique a existência da ponte romana. Seria ela de madeira e precisamente por isso haja desaparecido?

(143). — Jorge Pires de Lima — *Loc. cit.*, pág. 460.

(144). — Vergílio Correia — *Coimbra Romana*, in *Biblos*, VI. 1930, pág. 624.

(145). — O mesmo da nota 85.

(146). — Galeria Romana. Sala I, n.º 28.

(147). — Amorim Girão — *Civitas Aeminiensis* in *O Instituto*, 87.º vol., pág. 257. A expressão do professor universitário parece-me responder mais à realidade se, em vez de dizer que o desenvolvimento da cidade foi produto da ponte, dissesse que fôra, resultante da via de Lisboa a Braga. Acrescentamos que primeiro se lançou a estrada e que a ponte foi apenas um traço de união indispensável como tantos outros. Quanto à estrada ter passado por Aeminium e não por outro ponto do Mondego, deve-se como atrás o demonstramos, ao fato de neste local já ser habitado e de ser o centro de uma zona, para o tempo, densamente povoada.

Como afirma Ramón Melida (148), primeiramente, por necessidade da guerra ou da circulação mercantil, improvisaram-se pontes com barcos e outras foram feitas de madeira. Posteriormente, porém, as obras mais importantes dos construtores de calçadas ficaram perpetuadas em pedra, dando-lhes uma consistência e uma solidez de acôrdo com o muito tráfego. Na tradição corre mesmo que a última ponte de pedra se ergueu sôbre outras duas soterradas pela constante elevação do alveo do rio. Bernardo de Brito (149) falará em duas pontes. Aceitar, no entanto, tal opinião, seria dizer que no momento presente há quatro pontes umas sôbre as outras, sendo três de pedra e uma de ferro. A ser verdade, o Mondego correria a uma profundidade extraordinária (150). A diferença atual entre o nível das águas do Oceano e o rio na estia-gem, junto da ponte, é de 17 metros (151). Como se vê, levando em consideração o que reza a tradição, o Mondego, para atingir a foz, teria de subir (152)... O engenheiro Adolfo Loureiro demonstrou que a elevação média anual, no período dos últimos 600 anos, é de 8 milímetros. Acontece, no entanto, que em tempos ainda mais recuados, quando as margens do rio e as terras da sua bacia estivessem por cultivar, e portanto cobertas de árvores e sem as devastações que levaram, séculos volvidos, a lembrar, em 22 de setembro de 1464, ao rei que uma antiga providência proibia as "queimadas" entre Coimbra e Ceia "dentro do espaço de meia lé-gua para cada uma das margens" (153) — a elevação seria menor. O documento mais antigo que se refere à ponte de Coimbra é a "Chronica Gothorum" (154) que diz expressamente: "Era MCLXX. Idem rex cepit edificare monasterium Sancte crucis in-suburbio Colimbrie et ponte fluminis juxta civitatem, anno regni sui quarto". Esta notícia, que corresponde à mandada construir por D. Afonso I, não exclui, apesar disso, a dos tempos romanos que foi talvez destruída no final do Império (155).

h). — OUTRAS NOTÍCIAS

Falemos agora nas lápides, falsas ou verdadeiras, referentes a Aeminiun topadas noutras regiões.

À Corunha ia desembocar uma via romana de importância, pela qual circulavam os produtos da região e tinham o seu pôrto de em-

-
- (148). — *História de España*, sob a direção de Menéndez Pidal, vol. II, pág. 574.
(149). — *História breve de Coimbra*.
(150). — *História de São Domingos*.
(151). — Felipe Simões — *Ponte de Coimbra. Escritos diversos*. 1888, pág. 11, citando Adolfo Ferreira Loureiro — *Memória sôbre o Mondego e barra da Figueira*. Lisboa, 1874.
(152). — Henrique Fernandes Ruas — *Estudos sôbre o Mondego in Anuário dos Serviços Hidráulicos*. 1934-1936, pág. 60, calculou que o leito atual se ergueu acima do alveo do século XII uns 11 metros.
(153). — A. Costa Lobo — *História da Sociedade em Portugal, I Secção*. Lisboa. 1903, pág. 66.
(154). — P. M. H. — *Scriptores*, pág. 12.
(155). — Felipe Simões — *ob. cit.*

barque (156). Ergueu-se aí um farol, hoje reconstruído, que tem os seguintes dizeres: MARTI / AUG. SACR / C. SERVIUS / LUPUS / ARCHITECTUS / Aemienses Lusitanus. E X V.º.

Os caracteres que são grandes e elegantes, pertencem aos princípios do século II. Ao que parece, o voto da inscrição é uma dedicatória a Marte em cumprimento da promessa que o artista, por certo, fizera ao levar a bom termo a sua primeira obra (157).

Esta lápide vem demonstrar que Aeminium possuía filhos que a sabiam honrar e dela não se esqueciam, o que permite afirmar a importância da localidade. E este arquiteto teria aprendido em Aeminium a sua arte ou aprendera-a noutra local? Talvez aprendesse aqui, em contato com os lapicidas, os primeiros rudimentos e partisse depois para outros pontos onde aperfeiçoasse e desenvolvesse a sua arte. E em Aeminium não teriam sido só os lapicidas os seus mestres, mas também os escravos, os libertos e os homens livres, os *strucyares*, *structores parietaru* ou *instructores* que laborariam na construção civil.

Faria de Sousa (158), citando Bernardo de Brito, afirma que em Idanha-a-Velha se encontrou um mármore com os dizeres seguintes: "M. Lepido Vidt. Lusit. Cohort. Fortiss. Coh. Neidobrig. Coh. Laconimurgeu Coh. Talabricen. Coh. Aeminiens. Tricm. V. Mer. P. P. E. Inomnes Liberalitatem" e que leu assim: "Os Lusitanos das Cohortes Fortissima, Midobrigense, Lamego, Aveiro, Agueda, digníssimo do tricenvirato pela liberalidade que usou para com todos". Afirma, depois, que a lápide é de 30 a.C. (159).

Aquêl mesmo autor (160) acrescenta, seguindo ainda Bernardo de Brito (161), que, com a morte do imperador Otaviano Augusto, o sentimento da Lusitânia foi grande e que por isso, no vale de Ossela, cêrca de Arouca num monte, nas margens do Arouca, foi achada prova numa lápide que rezava: "Imper. Caes. D. Aug. Inter Div. Rel. Cohort. Praesid Vace. Osel Lanco Calen. Aem. Leg. X Freteus Ejus Num Spectacula et Lus. Gladiat E. V. Urbes Lusit. L. A. Esp. et Mecatomb D. D." E traduziu: "cohortes, ou companhia da Legião décima, chamada fretense, que alojavam ou presidiam no Vouga, Ossela, Lanco, Cale e Aemínio, ofereceram espetáculos e jogos gladiadores ao imperador César, Divo Augusto, já relatado no número dos Deuses: e estas cidades da Lusitânia fizeram o dispêndio e dedicaram hecatombes".

Além dos defeitos da tradução e da deficiência da informação, estas lápides parecem não ter existido senão na mente de Bernardo de Brito, limitando-se o autor da "Europa Portuguesa" a copiá-

(156). — José Melida — *Arqueologia Espanhola*. Labor, pág. 268.

(157). — Borges de Figueiredo — *Coimbra Antiga e Moderna*, pág. 258, seguindo a opinião de Florez, in *Espana Sagrada*.

(158). — *Europa Portuguesa*, tomo I. Lisboa. 1678, pág. 228.

(159). — *Monarquia Lusitana*. I Parte, livro 4.º, cap. XXII. 1597, pág. 388.

(160). — *Ob. cit.*, pág. 250.

(161). — *Ob. cit.*, — II Parte, livro 5.º, cap. I. 1609, pág. 2.

-las (162). Assim não nos podemos servir daquelas duas lápides. E infelizmente, pois, se fôsem verdadeiras, permitir-nos-iam deduzir que o *stipendium* que Aeminium pagava antes da nossa éra, tinha a forma de um serviço militar prestado aos invasores romanos e, além disso, a cidade disporia de população suficiente que permitiria formar ou, pelo menos, subsidiar uma coorte (163). Nada disso, porém, se pode concluir, em virtude delas não oferecerem confiança, chegando Hubner (164), sem rebuço algum, a pô-las de parte, chamando-lhe documentos falsos. Borges de Figueiredo (165) ainda fala numa outra lápide sepulcral de uma eminiense encontrada em Mérida. Não dá porém, mais nenhuma informação a seu respeito e nós não conseguimos achar rasto ou notícia dela.

Tentamos até aqui coligir tôdas as informações que temos sobre Aeminium. São fracas provas testemunhais. E muito menos valor têm quando deixamos, como nós o fizemos, de as comparar com as de Conimbriga. Tarefa de vulto e altamente elucidativa para o estudo da romanização nesta zona da Península. Ficará, talvez, para mais tarde, se condições várias nos permitirem fazê-lo ou então quando outro com mais merecimento a levar a cabo.

i). — TENTAME DE RECONSTITUIÇÃO SOCIAL

Da vida em Aeminium que podemos concluir?

Começou por dispôr de um tráfego e de um comércio acentuado a seguir à ocupação de Décimo Júnio Bruto e quando a estrada de Lisboa a Braga passou por aqui, talvez nos princípios da nossa éra, então, Aeminium foi cidade de notável valor econômico e social. Os senhores ricos vieram-na habitar e deixaram as suas lápides funerárias, em memória da sua passagem pela vida. Pelos nomes que possuímos, a influência local no primeiro período do Império era notória (166). A decadência só se acentua, no entanto, no século IV em que a lápide comemorativa de Flávio Valério Constantino é já uma prova evidente de que o período de esplendor da cidade se havia extinguido há tempo. Não se compreende:

(162). — Lembremos que a respeito de Coimbra, foi êle o autor da célebre história de Ataces, afirmando, em seu favor, que as duas cartas que estavam no arquivo de Alcobaça lhe permitiam dizer que no ano de 409, aquêl monarcha alano, havia tomado a Hermenerico, rei dos suevos, Conimbriga e mal se apossara dela, logo se dirigira para a margem direita do Mondego. Hermenerico, conhecedor do intento adverso, atacou-o, mas foi derrotado e teve de dar as de vila-diogo para se pôr a salvo. O teimoso Ataces perseguiu-o até às margens do Douro, onde o derrotou. Por seu turno, o vencido entregou-lhe a mão de sua filha, a bela Cindazunda.

(163). — A coorte legionária tinha, inicialmente, trezentos homens e mais tarde elevou-se a quinhentos e ainda no tempo de Trajano possuía quatrocentos e oitenta e a auxiliar, que é aquela que nos interessa, variava entre 480 a 600 homens e seria comandada talvez por um dos tribunos ou então por um prefeito.

(164). — C. I. L. — vol. II, *Inscriptiones falsae vel alienae*, 55.^a-58.^a, pág. 9.

(165). — Ebacit — pág. 258.

(166). — Alleina; Bovia, etc.

que tenha havido uma solução de continuidade, por exemplo, entre o período da inscrição de Aurélio Rufino e a decadência. Apenas devido à falta de dados é que a linha de evolução da sociedade, em Aeminium, não se pode demarcar.

Aos objetos encontrados, na cidade, opõe-se a rudeza daqueles que nas vizinhanças, nas *villae rustici*, foram topados: uns revelam nível de vida notável da parte das classes elevadas, as que tinham as propriedades, outros dão-nos nota do viver dos seus artífices, dos escravos, dos burocratas. Em resumo, possuímos cinco notas sociais: a) a da prostituta; b) a do liberto; c) d) a dos dois *scribae* e e) a do arquiteto (167).

A primeira disfrutaria de uma situação talvez invejável em conflito com as outras mulheres da sua condição. Pelo menos a sua sepultura não foi vala comum dos escravos ou dos homens de baixa condição (168). O liberto conseguira, por certo, a liberdade por dádiva de um *scribae*, de elevada categoria. Na hora da morte, Dextro não se esquecerá do favor recebido e ergueu com Bóvia Materna e Júlia Máxima, o monumento funerário. Com menos figuras alegóricas do que a anterior, a lápide de Cádio Cariano é dum *scribae* que, certamente, se finou antes de Júlio Dextro. E quanto a nota social dada pelo arquiteto Lupus, já atrás a deixamos expressa. Assim, Aeminium, que não pode ser incluída na categoria das cidades como Palmira, Petra e Bossa, ricas cidades comerciais e industriais ou centros caravaneiros, deve pertencer àquêles centros urbanos do Império Romano que estavam situados nas margens dos rios navegáveis, cruzamentos de vias terrestres, centros de um intenso comércio local, onde os *rustici* ou *pagani* acorriam para enriquecimento dos comerciantes.

Chegando novos elementos, que se juntaram aos "terratenientes" que existiam ao tempo da conquista — este núcleo social pré-romano é que orientara a localidade — aquêles, com a forma plutocrata, tomaram as rédeas do poder regional e passaram a desempenhar cargos burocráticos, eletivos e gratuitos, que só êles podiam exercer, pois tinham de dar uma espécie de fiança ao governador pelo pagamento de todos os tributos ou *stipendii* a que Aeminium estava sujeita. Os veteranos das legiões romanas que talaram a Península, os prestamistas e mercadores itálicos vieram dar o esplendor que a cidade possuiu no primeiro período, cujos limites se podem marcar entre Augusto e a primeira metade do século II, com Antonino Pio. Mas novos elementos sociais se juntaram a ês-

(167). — É o caso de *scribae*, cuja origem é revelada pelas *patella*, *arceus theca*, *calamaria* e *tabellae* duplices, que existem nas faces laterais da lápide de G. Guli Materni.

Tivera, pelo menos, um escravo, o Júlio Dextro, a quem dera liberdade. O monumento fúnebre a Cádio Cariano, cujos dois nomes podem levar a suspeitar da sua origem social menos elevada, revela outro burocrata que não tinha, talvez, na sociedade, a mesma situação que Juli Materni.

(168). — Marquardt — *La vie des Romains*, vol. I, pág. 402.

ses. Os escravos que conseguiram a sua liberdade — ou por falta de técnicos ou por falta de braços, simplesmente — passaram a engrassar também a pequena-burguesia urbana — chamemos-lhe assim. O antigo servo Júlio Dextro é a prova bem evidente de que em Aeminium uma nova classe estava a surgir e a sua ação é socialmente útil, pois, tendo a liberdade conquistada, produz para o conjunto populacional diretamente e não como até aí — apenas para o seu senhor. Em vez de artifice sem nome e sem prerrogativas, Júlio Detro passou a ter, talvez, uma oficina ou uma casa de comércio própria, mitigando, em parte, as necessidades existentes em Aeminium.

A baixo, na escala social, estava o proletariado urbano, os jornaleros livres e os escravos, que auxiliavam a aristocracia e a pequena burguesia cidadinas. Infelizmente os dados não existem, apenas se podendo fazer conjecturas que serão confirmadas ou não quando se descobrirem novos dados.

Esplendor que engana é o das cidades provinciais romanas. Em Aeminium aconteceu o mesmo. Esplendor teve-o a aristocracia que aí viveu. Mas as outras classes tinham uma existência apagada, baça. Assim, a cidade estava nitidamente cindida em duas: a um lado alinhavam o cemitério para os ricos, o *forum* luxuoso, o possível *balneum*; a outro, havia a vala comum, a pequena oficina e o trabalho doméstico.

Antes de terminarmos, façamos uma síntese do que atrás ficou dito: após havermos percorrido em caminhada celeríssima — e conseqüentemente em plano, talvez, pouco firme — séculos e séculos da vida do agregado e região-da que foi depois Coimbra, é-nos permitido afirmar que, no início da entrada dos romanos na cidade, a aristocracia indígena, senhora da terra e rotineira por condição social, e disfrutando calma e socegradamente os produtos que a agricultura produzia, pagava ao senhor romano *stipendium*. Com a abertura da *via* de Lisboa a Braga, não longe da época de Augusto, uma revolução se deu. Os pequenos comerciantes e industriais de Roma instalaram-se aqui para explorar economicamente o nó de comunicações que Aeminium passou a constituir. Mais tarde, a estas duas forças sociais, que se tinham amalgamado e constituíam uma classe no sentido perfeito — a parte da sociedade de que se apropria do trabalho da outra — juntou-se a dos libertos que apareceu em conseqüência do desenvolvimento cidadão. Foi uma necessidade que a fez surgir, pois a mão de obra escravagista era rara e os artifices, técnicos especializados — lapicidas, arquitetos, pequenos comerciantes, e industriais — eram já insuficientes para Aeminium.

JORGE PEIXOTO.